



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR LUIZ CLÁUDIO FERREIRA

Espaço do jornalismo público na web

Uma análise a partir de notícias sobre o tema saúde
no portal *do Correio Braziliense*

João Paulo Resende Domingues

20705331

Brasília, novembro de 2010

João Paulo Resende Domingues

Espaço do jornalismo público na web

Uma análise a partir de notícias sobre o tema saúde
no portal *do Correio Braziliense*

Trabalho ao curso de comunicação social, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, Novembro de 2010

João Paulo Resende Domingues

Espaço do jornalismo público na web

Uma análise a partir de notícias sobre o tema saúde
no portal *do Correio Braziliense*

Trabalho ao curso de comunicação social, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Banca Examinadora

Prof. Ms. Luiz Cláudio Ferreira

Orientador

Prof. Ms. Mônica Prado

Examinadora

Prof. Ms. Renato Ferraz

Examinador

Brasília, Novembro de 2010

Dedico este trabalho a todas as pessoas que estiveram ao meu lado nesses quatro anos de graduação. Família, amigos e professores, muito obrigado.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado nas mais diferentes escolhas que fiz na vida. Sem eles eu jamais teria chegado aonde cheguei. Obrigado pelos conselhos e apoio fiel. Gostaria também de aproveitar a oportunidade para lembrar que aonde quer que eu vá, vocês estarão sempre juntos comigo. É impossível colocar no papel tudo o que vocês representam para mim. Pai, mãe, eu amo vocês. Seguem os nomes dos protagonistas de meu crescimento: José Renato Domingues de Souza e Ghislaine da Conceição Resende de Souza.

Meu fiel companheiro e irmão também merece todo o meu respeito e agradecimento. Vamos crescer juntos, amigo. Tenho certeza que nossos pais ainda terão muito orgulho de nós. Muito obrigado por tudo. Sem você, posso afirmar isso com toda a certeza, eu seria o cara mais incompleto do mundo. Estamos juntos para o que der e vier. Valeu Vinícius Resende Domingues, o Brasil ainda vai te agradecer muito, você sabe do que estou falando, caro engenheiro.

Tatyusha Icó Campbell Brisolla. Esse é o nome da mulher que há alguns anos eu conheci e que despertou em mim os mais belos sentimentos. Você me ensinou a amar. Sou uma pessoa muito melhor do que era antes de te conhecer. Obrigado por tudo o que já passamos juntos. Você teve papel fundamental em minha formação profissional. Ainda teremos muito que comemorar nessa vida. Os mais sinceros agradecimentos a você, muito obrigado.

Família. É lá que eu me conforto nos momentos difíceis e, também, é lá que divido minha alegria nos bons momentos. Todos vocês, avós e avôs, tios e tias, primos e primas, todos que compõe minha família, OBRIGADO! Vocês são inesquecíveis e, garanto, ainda temos muita coisa boa para viver. Novamente, muito obrigado. Vale ressaltar, obrigado!

Amigos, mal tenho palavras para me referir a vocês. Não posso cometer a injustiça de deixar de citar algum nome, portanto, prefiro generalizar e chamá-los de amigos. Vários deles me ajudaram neste trabalho. Eu amo vocês e muito obrigado por me acompanharem nos mais diversos caminhos da vida.

Professores e colegas de profissão, a cada dia aprendo mais com vocês. Obrigado por me ensinarem a fazer bom jornalismo. Espero não decepcioná-los. Não faltará disposição. Muito obrigado.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo principal, dentro das proporções devidas, expandir a discussão sobre jornalismo público. Como diversos autores costumam lembrar, ainda faltam trabalhos relacionados ao tema e, cada contribuição, não importa o tamanho, é de fundamental importância para a divulgação desse gênero/tendência do jornalismo. Nesta monografia, o jornalismo público foi analisado na internet. Como, na época em que este trabalho foi produzido, o sistema de saúde do Distrito Federal passava por diversos problemas (falta de leitos nas UTI's da rede pública, surto da bactéria KPC, etc.), foram feitas análises das matérias de saúde do site *www.correiobrasiliense.com.br*. O método usado para fazer este estudo foi a análise de conteúdo. Este pesquisador reuniu matérias da editoria de saúde do portal do Correio Braziliense, durante dez dias, e apontou quais delas tinham sintomas de jornalismo público e que sintomas eram esses. Quando uma das matérias não apresentava nenhum sinal de jornalismo público, este pesquisador salientava os porquês da falta de sintomas e, inclusive, sugeria maneiras de aumentar o número de serviços prestados ao público. O jornalismo público representa uma das maiores virtudes do jornalismo, que é o dever da imprensa de servir os cidadãos. Ou seja, prestar um serviço ao público por meio de notícias e permitir que eles possam se autogovernarem nos mais distintos assuntos.

Palavras-chave: **Jornalismo público. Jornalismo. Internet. Serviço ao público. Correio Braziliense.**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Metodologia	11
2 O papel social do jornalismo	13
3 Jornalismo público	18
4 Jornalismo na era da internet	23
5 Análise do objeto	28
6 Conclusão	50
7 Referências bibliográficas	53
8 Anexos	56

1.Introdução

Conhecimento. Essa é a palavra-chave que move o jornalismo público. Todo e qualquer cidadão deve ter direito à informação e, conseqüentemente, ao saber. De acordo com o que rege as pesquisas da área, só assim é possível deixar a condição de agente passivo e tornar-se um cidadão com vontades e ações próprias.

A pretensão desse trabalho é a de enxergar o jornalismo público praticado na internet pelo Correio Braziliense, já que esse é o maior jornal do Distrito Federal. Para isso, as notícias de saúde publicadas na página principal do site *www.correiobraziliense.com.br* foram analisadas durante dez dias, de 04 a 08 de outubro de 2010 e de 11 a 15 de outubro do mesmo ano. O horário escolhido para a análise foi das 16h30 às 18h, pois esse é o intervalo do dia, segundo o veículo, em que a página recebe mais acessos.

Sem dúvida, jornais, revistas, noticiários televisivos e, mais do que nunca, a internet – mídias em geral – têm papel fundamental na disseminação do conhecimento. Entretanto, há conteúdos transmitidos por esses meios que não podem ser realmente aproveitados pela grande massa, dizem os críticos. A confusão é tamanha que em certos casos fica difícil diferenciar a verdade da mentira.

A sociedade do século XXI recebe informação de mídias em diferentes formatos. Mas não pense que é essa infinidade de conteúdo que irá obrigatoriamente nos tornar cidadãos bem informados. É um desafio saber selecionar e escolher notícias em meio a tantas opções. E fornecer informação com credibilidade e veracidade é parte do dever fundamental de um veículo sério e comprometido com o público.

O pesquisador Luiz Martins da Silva, professor de comunicação social da Universidade de Brasília (UnB) e um dos principais estudiosos do gênero, lembra que jornalismo público não pode ser confundido com jornalismo de boas notícias.

Do jornalista já se disse que seria um profissional especializado em separar o joio do trigo, para ficar com o joio. Não é este o papel do jornalista dedicado ao Jornalismo Público, muito embora o Jornalismo Público seja muito mais do que simplesmente dar preferência às boas notícias. Existe o 'jornalismo da boa notícia', mas, este não se confunde, necessariamente, com o Jornalismo Público (MARTINS, 2006, p.4).

A internet surgiu e vem se transformando no meio mais democrático de comunicação jamais visto pelo homem. Nem o mais otimista cidadão dos últimos séculos, claro, antes do surgimento da web, poderia imaginar tamanha disseminação de informação. A democracia é tanta, que basta ter em mãos um pequeno telefone celular para disponibilizar conteúdos na rede. Não é preciso ser jornalista, tão quanto escritor, para fazer parte desse gigantesco conglomerado de trocas de informação.

Eis que surge a importância dos jornalistas comprometidos com a sociedade. São eles os responsáveis por selecionar e noticiar o que é realmente de interesse público e excluir informações falsas, antes que elas cheguem aos ouvidos do povo.

E exercer jornalismo público é exatamente isso. Selecionar e noticiar fatos de interesse da sociedade. Preocupar-se em dar ênfase ao valor da notícia e não somente ao valor notícia (MARTINS, 2006). É entender que noticiar o ataque de um cachorro a uma pessoa, por exemplo, não basta (valor notícia). É preciso informar os cidadãos sobre a agressão e ensiná-los a se prevenir contra a raiva, caso eles um dia também tenham esse tipo de problema (valor da notícia).

Os exemplos são diversos. Em 2009, por exemplo, o Brasil sofreu com a epidemia chamada de Gripe H1N1. Os meios de comunicação teriam, em casos semelhantes, papel fundamental na prevenção a essa doença. Quando um jornalista escrevia determinada matéria com o propósito de ensinar seus leitores a se prevenir da epidemia, ele estaria exercendo a essência do jornalismo público. Ou seja, informar para que as pessoas tenham a capacidade de se autogovernarem nas mais diversas situações.

O que tem caracterizado, no entanto, o jornalismo público é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícia [news values] tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto as soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade: endereços, telefones úteis, faxes, e-mails, sites etc (MARTINS, 2006, p.8).

O conceito de jornalismo público ainda é muito jovem. Em 1990, David Merrit, na época editor-chefe de um jornal estadunidense, criou o que hoje é conhecido como jornalismo público. Merrit acreditava que as pessoas não queriam mais ler somente o que era escrito cotidianamente nos jornais. As vendas estavam caindo.

Era preciso mais. A partir daí foi que começou a nascer esse novo gênero jornalístico (Id.).

Mas ainda hoje os jornais enfrentam sérios problemas. Casos e mais casos de grandes veículos impressos que não estão mais conseguindo se sustentar não param de vir à tona. As possibilidades e os canais de informação são amplos e a internet aparece como um dos principais fatores para tamanha diversidade.

A partir de 1º de setembro o ex-poderoso 'Jornal do Brasil', hoje com uma tiragem diária de 15 mil exemplares, deixará de circular. O periódico matutino, fundado em 1891 para defender a Monarquia, dirigido entre outras figuras por Rui Barbosa, vinha funcionando com um déficit operacional na ordem de R\$ 100 milhões. Segundo Nelson Tanure, seu proprietário, o jornal será mantido apenas nas páginas eletrônicas da Internet - tal como ocorre hoje com a "Tribuna da Imprensa", de Hélio Fernandes, fundada em 1949 por Carlos Lacerda (PONTES, 2010, acessado em www.midiasemmascara.org, dia 21/08/2010)

Como alguns grandes e tradicionais jornais impressos não conseguem mais se sustentar nas bancas, resta que eles apostem em outros meios de comunicação para não falir de vez. E a internet surge como uma grande oportunidade de ascensão no mercado.

Mas, para não se perder na web, os grandes jornais precisam conquistar ou manter a credibilidade. E o jornalismo público pode ser um dos grandes aliados desses veículos na disputa por leitores.

Na posição de um dos maiores jornais do Brasil, o Correio Braziliense tem uma equipe de 44 profissionais - até a publicação desta monografia - que cuidam do site www.correio braziliense.com.br. E o jornalismo público já está presente no cotidiano desses profissionais.

Para chegar às conclusões, a pesquisa foi feita da seguinte forma: ao abrir a página principal do site este pesquisador analisava todas as chamadas da página principal, relacionadas à saúde, e detectava quais tinham indícios de jornalismo público. Feito essa análise, o pesquisador clicava e abria cada uma das chamadas e logo em seguida lia toda a matéria para perceber se as notícias tinham realmente elementos que caracterizassem o jornalismo público.

Durante o período de análise, era possível chegar a resultados, em porcentagem, da quantidade de notícias/informações que poderiam ser

consideradas como jornalismo público. Além disso, também foi possível chegar a outras conclusões, como por exemplo, uma comparação da quantidade de notícias de saúde, produzidas somente pelo Correio, com o número de notícias que tiveram sintomas de jornalismo público, mas que foram feitas por outros veículos, com ou sem a ajuda do Correio Braziliense. Os resultados serão explicitados no decorrer desta monografia.

Para fazer realizar o estudo, a metodologia de pesquisa usada foi a análise de conteúdo (AC).

1.1 Metodologia

A análise de conteúdo foi escolhida como método investigativo. E, nesta monografia, o método citado foi utilizado para identificar a forma como é feito, e o espaço que é cedido ao jornalismo público, com relação às notícias de saúde, no portal *www.correio braziliense.com.br*.

Segundo as idéias Wilson Fonseca (2005), a análise de conteúdo deve ser dividida em três fases. A primeira coisa que o pesquisador deve fazer é elaborar uma pré-análise, ou planejamento do trabalho, onde será feita a escolha do objeto que irá ser analisado, onde o pesquisador também irá formular perguntas a serem respondidas e onde as primeiras pesquisas já começam a ser feitas. A segunda etapa do trabalho acontece quando o pesquisador mergulha de vez na análise, colhendo os objetos, explorando-os e, também, organizando-os. É hora de realmente colocar a mão na massa. A terceira e última fase desse processo acontece quando o pesquisador começa a tratar os resultados obtidos, interpretá-los, expondo, inclusive, algumas opiniões e chegando a conclusões.

E em época de constante avanço tecnológico, o jornalismo e os veículos produtores de notícia se veem obrigados a passar por mudanças. Segundo sugere Fonseca (2005), a análise de conteúdo chega para lidar com as novidades da comunicação, como os portais de notícias.

Em determinados momentos, quando se pensava que havia se esgotado toda a sua capacidade de proporcionar análises consistentes e pertinentes, eis que surge a análise de conteúdo com novas técnicas e novos objetos a serem investigados (FONSECA, 2005, p.280).

A busca pelo jornalismo público em textos dos mais diversos estilos é o que move esta monografia. Laurence Bardin (1977) ilustra o esforço cotidiano de quem trabalha com a análise de conteúdo.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de <<desocultação>>, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura <<normal>> do leigo é ser agente duplo, detective, espião (BARDIN, 1977, p.9).

Nos próximos capítulos, esta pesquisa aborda e explica qual é o papel social do jornalismo, o que é o jornalismo público e, também, jornalismo on-line. Depois de cumpridas essas etapas, é chegada a hora da análise do objeto e, logo em seguida, das conclusões.

2. O papel social do jornalismo

Ao falar de jornalismo logo pensamos na sociedade. As atividades jornalísticas estão diretamente ligadas com o social. O jornalismo que se preza tem deveres com a sociedade. E o esforço para cumprir com essas obrigações é parte da rotina de um profissional da área (BOND, 1959).

É a sociedade que sustenta a imprensa e é a ela que os jornalistas devem servir (BOND, 1959). Entretanto, nem sempre é essa a atitude que observamos no desenrolar das atividades jornalísticas. Os interesses políticos e financeiros dos donos das grandes empresas de comunicação cotidianamente atropelam esses princípios. E sempre os maiores prejudicados são os cidadãos. O pesquisador Luiz Martins (2006) lembra que “a população, principal destinatária dos serviços de imprensa e governo, nada tem a ver com os desentendimentos políticos entre um jornal e um governo, e vive-versa”.

Por vezes, o drama humano se sobressai no noticiário, enquanto um drama coletivo pode não merecer a mesma atenção. Um enredo rocambolês envolvendo um magnata da indústria poderá repercutir mais que o fechamento de suas empresas e as consequências em termos de desemprego (MARTINS, 2002, p. 52).

Ou seja, apesar de a imprensa medir o que será ou não publicado nos veículos de comunicação a partir do social e também para o social, isso não significa que em certas ocasiões ela não irá deixar esses valores de lado. Fatos sociais não serão sempre fatos jornalísticos. E quem faz essa seleção do que irá virar notícia e o que vai parar na lixeira são os jornalistas selecionadores de notícias (*gatekeepers*) (MARTINS, 2002).

Os jornalistas têm papel fundamental em uma sociedade democrática. Sua importância é tanta que o jornalismo é chamado por muitos de “Quarto Poder”. Na teoria isso significa que os profissionais da imprensa são os responsáveis também por fiscalizar o Poder Público e instâncias: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (MARTINS, 2002).

E o elo de comunicação entre imprensa e a sociedade são as notícias. É através delas que o público se informa dos acontecimentos e recebe informações que os ajudarão a tomar decisões. E é por meio delas que os jornalistas têm a chance de cumprir seus deveres sociais.

Como bem lembra o pesquisador Pedrinho A. Guareschi (1993), ao citar o estudioso José Pegoraro (1989), “conhecer é poder”. E os meios de comunicação têm papel fundamental no que diz respeito à disseminação de conhecimentos. Entretanto, é preciso ter atenção.

A posse da comunicação e a informação tornam-se instrumento privilegiado de dominação, pois criam a possibilidade de dominar a partir da interioridade da consciência do outro, criando evidências e adesões, que interiorizam e introjetam nos grupos destituídos a verdade e a evidência do mundo do dominador, condenando e estigmatizando a prática e a verdade do oprimido como prática anti-social. Essa sociedade de dominação, por não poder ser questionada e contestada, se fortifica e se solidifica, passando a exercer a hegemonia numa determinada sociedade; hegemonia no sentido mais exato de Gramsci: o poder que possui um grupo dominante de definir uma situação ou uma alternativa como a única válida e possível (GUARESCHI, 1993, p.19).

O jornalismo a serviço dos cidadãos não deve estar ligado a um único grupo dominante. Como o próprio nome diz, os cidadãos/sociedade devem ser a maior preocupação dos jornalistas que desejam prestar um serviço público, ou um trabalho voltado para a população. É importante frisar e relembrar o pesquisador estadunidense F. Fraser Bond (1959), quando sugere que é a sociedade que sustenta a imprensa e é a ela que os jornalistas devem servir.

As atividades de imprensa, em seus primórdios, eram essencialmente comerciais, voltadas para a burguesia e suas atividades e interesses. Todavia, com o avançar tecnológico e surgimento de novos meios de comunicação, a imprensa ficou cada vez mais ligada às massas. Não demorou para ela tornar-se fator indispensável à sociedade (CORREIA, 2000).

A partir do século passado, porém, o nascimento da imprensa industrial e, posteriormente, já no nosso século, o aparecimento da rádio e depois, no fim da Segunda Guerra Mundial, a implantação da TV levaram, nas sociedades desenvolvidas, ao surgimento e crescente importância da comunicação social de massa, fazendo dos media um factor de importância determinante e com um lugar central no funcionamento da sociedade (CORREIA, 2000, p.13).

A enorme ligação dos media com a sociedade fez com que a comunicação fosse vista, por muitos, como um meio de interesses econômicos e não interesses sociais. E é aí que mora boa parte dos problemas. Muitas vezes debates jornalísticos sérios, visando à resolução de determinados problemas, perdem espaço para publicações de interesse restrito ou notícias com elevados graus de sensacionalismo, buscando meramente aumentos na audiência (CORREIA, 2000).

Um dos aspectos mais característicos e significativos da forma como os media exercem o seu poder é a progressiva substituição da informação – entendida aqui como a produção de notícias e outros materiais jornalísticos, considerados enquanto bens sociais e elaborados na perspectiva do interesse público – pela comunicação – entendida aqui como a produção de mensagens destinadas, independente do seu conteúdo, apenas a prender a atenção das pessoas e procurando exclusivamente satisfazer o interesse do público (CORREIA, 2000, p. 101).

No que diz respeito ao jornalismo contemporâneo exercido pelas sociedades democráticas, o estudioso português Nelson Traquina divide o campo jornalístico em duas partes dominantes.

[...] a emergência de um “campo” em que um recurso social – a notícia – é o objeto de um *enjeu*, isto é, de uma luta na definição e construção das notícias, em que um grupo profissional (os jornalistas) reivindica um monopólio de saber, precisamente a definição e construção da notícia. Dois pólos começaram a tornar-se dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo: o pólo económico (a definição das notícias como um negócio) e o pólo ideológico (a definição das notícias como um serviço público) (TRAQUINA, 2004, p.24).

O jornalista norte-americano Frank Fraser Bond (1959) ressalta que “o jornalismo tem quatro razões de ser fundamentais: informar, interpretar, orientar e entreter”. Tudo isso em nome dos cidadãos e do bem estar social. E quando a imprensa deixa de lado os interesses da sociedade e foca-se em interesses individuais ou políticos, ela corre sérios riscos de perder sua razão de ser (MARTINS, 2002).

A imprensa, em síntese, tem de se constituir em poder íntegro, sob pena de perder sua essência e também a sua sobrevivência. Sem credibilidade, será apenas um simulacro da realidade e não uma representação documental. A imprensa, portanto, é um poder auxiliar do cidadão, mas, se se voltar contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará deslocada de sua principal razão de existir (MARTINS, 2002, p.50).

O papel social do jornalismo, portanto, está diretamente ligado à essencial do jornalismo. A função social da imprensa e sua utilidade pública, como lembra o pesquisador Luiz Martins (2002, p. 56), “são de tal forma intrínsecas, que facilmente pode-se esquecer que por trás no noticiário há uma empresa, que demanda lucros, mas que também pode estabelecer vínculos com projetos sociais”.

Luiz Martins (2002) ainda cria uma escala na qual cita exemplos de quando a imprensa presta papel social.

- a) cumprindo bem o seu papel de informar, a imprensa já seria um serviço público prestado ao cidadão;
- b) o veículo de imprensa cria espaços específicos e exclusivos dedicados ao exercício da cidadania (colunas, páginas e programas de rádio e TV);
- c) a empresa de imprensa cede gratuitamente espaços de publicidade para campanhas públicas;
- d) a empresa de imprensa cria e difunde peças de publicidade em apoio a campanhas públicas;
- e) o veículo de imprensa promove a cobertura específica e constante de assuntos relacionados a problemas sociais e respectivas estratégias de combate (campanhas, movimentos, projetos, etc);
- f) a empresa e os respectivos órgãos de imprensa associam-se a iniciativas do Estado, do mercado e das organizações num esforço conjunto de *desenvolvimento social estratégico*. (MARTINS, 2002, p. 57)

A responsabilidade social dos jornalistas é uma preocupação antiga. Segundo a pesquisadora Cremilda Medina (1988), foi exatamente essa preocupação em proteger os cidadãos - consumidores das notícias - dos perigos da imprensa, que deu origem aos primeiros códigos de ética do jornalismo.

A responsabilidade social luta contra os pressupostos da indústria da informação, levanta então o pessimismo latente que será a nota constante de outras correntes teóricas e quer garantir a todo custo uma proteção a essa massa de consumidores da informação. Os códigos éticos surgem desse contexto. O mais antigo, citado por Siebert, é de 1923. A sociedade Interamericana de Jornais resolve promulgar os cânones do jornalismo. As bandeiras da nova proposta: bem-estar geral, sinceridade, veracidade, imparcialidade, jogo limpo, decência, respeito à reserva individual (MEDINA, 1988, p.18).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em vigor desde 1987, estabelece qual deve ser a postura dos profissionais que lidam com o jornalismo. A preocupação com o bem-estar da sociedade é item constante no código. Vale destacar a primeira parte, que diz respeito ao direito à informação.

I – Direito à informação

Art. 1º - O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2º - A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3º - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4º - A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5º - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

O papel social que o jornalismo, jornalistas e imprensa devem ter perante a sociedade já começa a ser oficialmente reconhecido no Brasil. Aqui, a nomenclatura usada para falar de jornalismo socialmente engajado é “Jornalismo Público” (MARTINS, 2002).

A expressão, embora redundante, uma vez que todo jornalismo é público, serviria para qualificar a cobertura deliberada e até especializada de assuntos, relacionados à dívida social e à cidadania. Nesse tipo de jornalismo, os fatos noticiosos não constituem notícia apenas como incidentes fenomenais: as próprias empresas criam eventos, fatos promocionais e mobilizações, que viram notícia (MARTINS, 2002, p. 57).

E, ainda conforme Luiz Martins (2002, p.59), “teoricamente, o jornalismo é uma atividade essencial e genuinamente pública, tanto quanto a política e a administração pública”.

A imprensa, que nasceu como uma conquista da *esfera pública burguesa*, evoluiu para ser mais um segmento de mercado, um ramo da *indústria cultural*, e seria um negócio como outro qualquer se não fosse, apesar de tudo, a sua função pública, a sua vocação para o interesse público, ou do público, ou ambos (MARTINS, 2002, p.51).

O próximo capítulo desta monografia irá tratar mais a fundo o conceito de jornalismo público. Esse gênero/tendência do jornalismo está inserido no papel social do jornalismo. E foi com base nesse conceito - jornalismo público - que a análise de conteúdo deste trabalho desenvolveu-se.

3. Jornalismo público

Para falar de jornalismo público é importante voltar no tempo. Entender as origens do gênero é fundamental para uma boa compreensão do tema. Portanto, voltemos a 1990.

Foi nesse ano que David Merrit, até então editor-chefe de um jornal da cidade de Wichita Eagle, localizada no estado norte-americano do Kansas, criou o conceito de jornalismo público. Na visão de Merrit, os estadunidenses estavam desinteressados com os rumos dos jornais e, por isso, o número de leitores corria ladeira abaixo (MARTINS, 2006).

Entre outros fatores que contribuíram para seu surgimento, estava o declínio da leitura de jornais, mas os seus objetivos principais não estavam relacionados a problemas econômicos, mas sociais e comunitários, entre outros, a necessidade de motivar os norte-americanos para o voto, que para eles é facultativo. Escolher candidatos comprometidos com as comunidades e suas lutas contra a pobreza, droga e a violência era uma das doutrinações originárias. Merrit e outros pioneiros dessa militância acreditavam que os leitores estavam desencantados com a imprensa pela forma com que às vezes ela passava ao largo de suas aflições (MARTINS, 2006, p.6).

As raízes do jornalismo público encontram-se nessa tentativa norte-americana de reconquistar leitores e conscientizá-los de seus deveres sociais. Ao longo dos anos o gênero ganhou força e extrapolou as fronteiras estadunidenses. Segundo sugere MARTINS (2006, p.7), “no Brasil o jornalismo público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve aqui, intenções e ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística”.

As nomenclaturas do gênero inclusive são variadas. Jornalismo cívico (civic journalism), jornalismo cidadão, jornalismo de interesse público, ou até mesmo comunicação pública, são palavras usadas para se referir ao conceito de jornalismo público.

E praticar o gênero é servir o público. É convocar os cidadãos a exercer determinadas condutas e ajudá-los a resolver seus conflitos. É incentivar a sociedade a participar dos fatos e, conseqüentemente, torná-la co-participante das notícias. Os jornalistas mostram os caminhos e a população deixa de ser apenas receptora de informações e fica livre para tomar decisões com base nas análises dos profissionais da mídia.

O jornalismo público pode ser expresso de diversas formas. Desde pequenas matérias com informações úteis à sociedade – telefones, e-mails, endereços – até campanhas em âmbito nacional e internacional.

Como exemplos, servem as reportagens de combate à dengue e a Gripe H1N1. Quando os jornalistas escreviam matérias com a intenção de conscientizar e ensinar os leitores a se prevenir desses males, eles estavam exercendo a essência do jornalismo público. Ou seja, informar para dar capacidade dos cidadãos agirem.

Cases de sucesso como a campanha Paz no Trânsito, promovida em 1997 pelo Correio Braziliense, ilustram a essência desse gênero/tendência do jornalismo. A situação do trânsito no Distrito Federal estava caótica e os jornalistas perceberam que a forma tradicional de exercer o jornalismo não estava colaborando com a resolução do problema. Era preciso mais do que só informar (FERREIRA, 2008).

A imprensa colocou-se ao lado da sociedade para buscar melhorias e foi preciso desafiar as regras do jornalismo tradicional. O *Correio Braziliense*, além da cobertura, desenvolveu atividades que contribuíram para o sucesso da campanha. Eis algumas delas: levantamento de estatístico nos órgãos de trânsito e nos hospitais da cidade, sobre as mortes no trânsito no Distrito Federal; acompanhamento sistemático do trânsito na capital, até mesmo os acidentes sem vítimas de morte eram manchetes; insistência para obter resultados concretos na redução do número de vítimas em acidentes de trânsito; cobrança sistemática em cima do Governo do Distrito Federal para que tomasse medidas, seja de engenharia de trânsito seja de educação no trânsito; adoção do tema *Paz no Trânsito* como algo cotidiano e consciente na vida de cada cidadão; e recrutamento para mobilização (FERREIRA, 2008, p. 21 e p.22)

Munir os cidadãos de informações completas para que eles possam criticar, compreender e participar de discussões sociais é parte do dever fundamental da imprensa (ALMEIDA, 2007). E é nisso que se baseia o jornalismo público.

O papel social do jornalismo está diretamente ligado ao jornalismo público. E para ele acontecer, é preciso que os selecionadores de notícias [*gatekeepers*] reconhecem seu valor. Como as notícias são escolhidas por critérios de hierarquização, mesmo que determinado assunto de ordem social tenha sua importância reconhecida pelos selecionadores de notícias, se outro assunto mais importante vier à tona, no entender dos *gatekeepers*, aquela matéria de ordem social é descartada (MARTINS, 2006).

Temos então uma seleção regulada pelos interesses do consumidor. Há uma escala teórica já relativamente bem estabelecida: seja na

perspectiva afetiva das emoções primárias que exigem certos conteúdos, na esfera racional que pede informações originais ou no âmbito da vontade de um público que *quer* estar informado para participar, os interesses representam para a notícia um termômetro indispensável (MEDINA, 1988, p.20)

Mesmo com 20 anos de existência formal, esse gênero/tendência do jornalismo ainda é constantemente confundido com a comunicação governamental e marketing político. Mas ele vai muito além. O jornalismo público engloba todos os setores da sociedade, “pois se baseia na participação e na integração do primeiro, segundo e terceiro setores na construção de uma cidadania participativa” (TONELINI, 2008, p.65).

Não é preciso ser um órgão estatal, governamental ou público, para prestar serviço público. É perfeitamente possível e saudável que empresas privadas exerçam esse papel (MARTINS, 2006). Quem ganha é sempre a sociedade. E mais, quando a união entre os setores acontece, os resultados são mais expressivos e visíveis.

A prática do jornalismo público busca nos problemas sociais, soluções para as inquietações da sociedade. Nesse modelo jornalístico, as notícias servem de fonte orientadora do público. Considerando o social como o maior produtor de notícias dramáticas, o pesquisador Luiz Martins da Silva expõe dois paradigmas, um antigo e um emergente:

O antigo refere-se àquele já contemplado pelos manuais, pelas técnicas e pela literatura acadêmica que se especializou em demonstrar como os acontecimentos irrompem desde a natureza e desde o espaço social para as manchetes e como são consumidos por uma platéia sempre disposta a se chocar ou se deleitar com as novidades [*news*]. O emergente constituiria propriamente esta categoria do jornalismo público, ou seja, aquele vocacionado para a mudança, para a qual a notícia e as informações que lhes são acrescidas são constitutivas de uma práxis (MARTINS, 2006, p.8).

Mônica Prado, uma das estudiosas do tema, lembra que o jornalismo brasileiro, ainda é muito voltado para o mercadológico, para o factual, para a agenda do governo e notícias polêmicas (PRADO, 2006). O espaço que a mídia tradicional cede para o jornalismo público, ainda fica restrito a pequenas notas e é utilizado, normalmente, para preencher o espaço da grade.

Espera-se que com o crescimento dos sites noticiosos esse quadro de pequenas notas acabe. Na internet o espaço é ilimitado e os grandes jornais já

ocupam seus lugares. Mas, para sobreviver, precisam de audiência. O jornalismo público é feito para os cidadãos/leitores e pode servir como atrativo ao público.

O jornalismo público é um instrumento eficaz para solução dos problemas da sociedade. Pode-se acrescentar, ainda, que também é uma solução para os problemas dos jornais, no que diz respeito à credibilidade e ao público leitor. Porém, são raros os exemplos dessa tipologia de Jornalismo que vemos praticada pelos veículos de comunicação no Brasil. (FERREIRA, 2008, p.22)

Uma das explicações para o jornalismo público ainda não ser praticado com frequência pelos veículos de comunicação do Brasil está na falta de conhecimento dos próprios jornalistas sobre o tema.

Faltam projetos e parcerias entre as organizações sociais e organizações de mídia, de forma a empresariar e dar sustentabilidade a um mercado jornalístico que, como se procurou aqui demonstrar tem um potencial muito promissor. Falta a contribuição do meio acadêmico, não só na pesquisa do assunto, quanto na preparação técnica de profissionais para esse mercado. Muito se tem discutido acerca da pertinência do diploma de jornalismo para o exercício dessa profissão. Pouco se tem debatido sobre as possibilidades interdisciplinares, neste caso, entre a área social e o jornalismo e vice-versa (MARTINS, 2006, p.22)

O jornalismo público é uma tendência no jornalismo, assim como o jornalismo de entretenimento. Ambos podem ser apenas uma tendência passageira na mídia brasileira. Todavia, já existem importantes veículos de comunicação dando o devido valor a este gênero, com a criação de manuais que visam à prática do jornalismo público.

Até o fim do ano [2010], a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançará um manual de jornalismo com diretrizes para a produção de informação pela Agência Brasil, TV Brasil e emissoras de rádio da EBC. A criação do manual responde a uma resolução do Conselho Curador, que entende ser necessário estabelecer regras adequadas “aos imperativos da prática de um jornalismo público de qualidade” (SEGRE, 2010, acessado em www.direitoacomunicacao.org.br, dia 31/08/2010).

Ainda segundo a publicação, o manual será criado, pois a EBC pretende fazer comunicação pública e não comunicação estatal.

O texto aprovado pelos conselheiros ressalta que o manual usado até o momento, o da extinta Radiobrás, foi concebido para uma empresa com caráter e finalidades diversas da EBC. Em outras palavras, as regras vigentes pautam-se nos princípios da comunicação estatal, quando a EBC deve promover a comunicação pública. (SEGRE,

2010, acessado em www.direitoacomunicacao.org.br, dia 31/08/2010).

O valor-notícia do jornalismo público está ligado ao interesse coletivo, que nem sempre condiz com os interesses dos selecionadores de notícias [*gatekeepers*] (MARTINS, 2006). Para ser exercido da melhor maneira possível, é importante que não haja nenhum tipo de restrição ou censura dos meios de comunicação com relação a nenhuma instituição privada ou governamental. Vice-versa.

Em tempos de crise, como o que vivemos, a discussão sobre o jornalismo precisa levar em conta a sua função normativa. Daí que seja oportuno o debate sobre a possibilidade da existência do jornalismo público, ainda que num ambiente dominado pelas leis de mercado. Do contrário, a sociedade continuará à mercê do jornalismo tradicional, enfraquecido pelos imperativos imediatistas do faturamento, ou de algum neologismo que afaste a imprensa da formulação de interpretações do mundo que tenham compromisso com a emancipação dos seres humanos. Do contrário, continuaremos a presenciar a corrupção da cidadania (FREIRE, 1988, acessado em www.observatoriodaimprensa.com.br, dia 05/09/2010)

O pleno exercício do jornalismo público deve ser perseguido pelos jornalistas, ou pelo menos por parte deles. O gênero/tendência ainda dá os primeiros passos no Brasil, como lembram os especialistas. É vasta a falta de conhecimento no assunto. E este trabalho chega para suprir um pouco mais a demanda por pesquisas na área. Quanto mais pessoas se dedicarem ao tema, mais gente vai ler sobre o assunto e, conseqüentemente, mais jornalistas ficarão cientes da importância de exercer o jornalismo público.

4. Jornalismo na era da internet

Ao elaborar o capítulo que trata de web jornalismo, este pesquisador fez questão de começar a discussão tratando da ética jornalística no meio virtual.

Também o espaço virtual é envolvido pela ética. Até prova em contrário, ele tem as mesmas regras do mundo palpável. Mas, por ser uma novidade, está invadido por muitos deslizes que precisam ser corrigidos. E é bom que ainda em sua fase de institucionalização as questões éticas estejam presentes na discussão (PEREIRA; FERREIRA, 2002, p.203).

Quando tratamos de jornalismo e informação pública não podemos, de forma alguma, deixar de lado o compromisso com a verdade acima de qualquer coisa (PEREIRA; FERREIRA, 2002). Não podemos nos esquecer que na internet o jornalismo também é exercido – pessoas se informam através de notícias publicadas na web - e, por isso, devemos, como bons jornalistas, defender sempre a verdade em qualquer meio de comunicação.

O jornalismo tem deveres com a sociedade e deve esforçar-se para cumpri-los em qualquer situação (BOND, 1959). Portanto, os jornalistas devem trabalhar em nome dos cidadãos, esclarecendo suas dúvidas e anseios sem embargo de interesses terceiros ou impedimentos arraigados. Suas tarefas profissionais diárias devem estar sempre ligadas à ética, para que seus semelhantes não sejam desrespeitados no sentido amplo da palavra (PEREIRA; FERREIRA, 2002).

A vivência da ética no universo da comunicação é um exercício diário e incessante, que se coloca a cada nova tarefa. Pode-se dizer que não se escreve uma frase, não se lê um texto, não se exhibe uma imagem sem que lá estejam a sombra ou o sopro da ética (PEREIRA; FERREIRA, 2002, p.205).

É importante ainda deixar claro que, acima de qualquer suspeita, a comunicação jornalística é exercida na web.

Sem dúvida, em relação ao espaço virtual, situam-se, basicamente, questões que a comunicação se faz e que são elementos de reflexão desde que a conhecemos como forma assumida de estabelecer ligações e propiciar informações mediante veículos específicos. A relação com o público a que se dirige é, certamente, a questão que mais de perto fala à comunicação e a que mais identifica as várias formas em que esse entendimento se processa (PEREIRA; FERREIRA, 2002, p.203 e p.204).

Um dos pontos mais característicos da internet é a velocidade com que a informação é feita e, conseqüentemente, a rapidez com que as notícias são disponibilizadas para os leitores. Como lembra o pesquisador Mike Ward (2006,

p.19), “provavelmente, seria possível conseguir muitas das informações e dos contatos disponíveis *online* pelos métodos tradicionais, se fosse possível gastar cerca de dois meses em cada reportagem”. E mais:

Na *web* existe o potencial de se atualizar notícias, *showbiz* e quaisquer outras páginas, simultânea e repetidamente, minuto a minuto, para apresentar tanto as últimas notícias como informações confidenciais sobre um *pop star*. Um único *site* de notícias pode divulgar inúmeras atualizações sobre reportagens a cada poucos minutos. A imediação sobrecarregada por essa flexibilidade é uma ferramenta potente, em especial para divulgar notícias (WARD, 2006, p.22).

Para ficar claro aos leitores o quão vasto é o campo da internet, vale citar Mike Ward (2006, p.19) quando ele afirma que as informações que estão sendo digitalizadas e disponibilizadas *online* produzem “o potencial para transformar o processo de pesquisa jornalística.” E se esse processo de pesquisa jornalística for transformado para melhor, poderemos ter notícias recheadas de mais informações e fontes, podendo refletir positivamente no que hoje é chamado de jornalismo público.

Veja alguns dos benefícios oriundos da internet, citados pelo pesquisador Mike Ward (2006):

- “*Variedade de fontes*: sejam elas pessoas, documentos, dados ou arquivos de notícias.
- *Grande quantidade de dados*: milhões de documentos, reportagens e contatos.
- *Velocidade*: se quiser impressionar o jornalista mais experiente, faça um pedido de busca em um grande banco de dados, tal como o Lexis-Nexis. Ele abrange o conteúdo editorial de centenas de jornais, artigos de revistas, relatórios de empresas, etc., que é atualizado diariamente. A velocidade com que essa ferramenta da pesquisa encontra os artigos arquivados é surpreendente até mesmo para o mais experiente internauta. Porém, o retorno da informação solicitada dependerá de se fazer a pergunta correta na primeira busca.
- *O que é possível fazer com a informação quando a obter*: por exemplo, analisar dados em uma planilha eletrônica.
- *Acesso a debates, diálogos e conhecimentos por meio de listas de discussão por e-mail ou grupos de discussão (newsgroups)*: mantendo-se, assim, eletronicamente atento à opinião pública e aos acontecimentos (WARD, 2006, p.19)”.

Portanto, se na era da internet conseguimos produzir notícias velozmente por conta da infinidade de fontes e conteúdos disponíveis na web, este pesquisador acredita que também é possível aproveitar toda essa gama de fontes e conteúdos para aumentar a quantidade de notícias e melhorar as informações jornalísticas que são disponibilizadas na rede mundial de computadores.

Cada vez mais os tradicionais meios de comunicação – jornais, televisões e rádios – estão chegando ao público via internet. Não há dúvidas que essa é uma tendência da comunicação. Mas para que o web jornalismo tenha êxito, é preciso entender quais são as expectativas dos usuários da rede mundial de computadores (CALDAS, 2002).

Escrever para usuários da internet é diferente de escrever para leitores de um jornal tradicional. Na obra intitulada de *Jornalismo Online*, o autor Mike Ward (2006), ao citar outros pesquisadores, dá dicas de como se sair bem na redação de um texto para a web.

- “Seja sucinto: não use mais de 50% do texto que escreveria para a mesma reportagem em um jornal impresso.
- Escreva para passar os olhos: use parágrafos curtos, subtítulos e listas com marcadores em vez de grandes blocos de texto.
- Use hipertexto para dividir longos blocos de informação em múltiplas páginas. (NIELSEN, 1999, p.132)”

E ainda:

- “Faça manchetes simples e informativas.
- Use aspas no texto, porque as pessoas parecem preferir ler algo que alguém realmente disse.
- Inclua perguntas, pois elas nos fazem procurar a resposta.
- Inclua declarações incomuns, visto que os leitores adoram ser surpreendidos.
- Inclua a “promessa de conflitos – nós amamos disputas”.
- Utilize ganchos de notícias “para agarrar o conteúdo à aba de algum acontecimento corrente”.
- Dirija-se diretamente ao leitor.”

Portanto, fica nítido que os usuários da rede mundial de computadores estão atrás de notícias breves e, ao mesmo tempo, recheadas de informações inovadoras. O advento da internet mudou a rotina dos jornalistas e, cada vez mais, exige deles inovação na maneira de produzir notícias, além de novos conhecimentos.

A formação de poderosos grupos de comunicação multimídia e a veloz popularização da Internet provocaram mudanças sem precedentes no conteúdo e na distribuição da informação, interferindo intensamente no processo de trabalho dos jornalistas. Neste novo cenário ainda marcado pela incerteza de papéis, há os que acreditam que nos próximos anos as redações

de jornal serão ocupadas por repórteres multimídia, capazes de prover de conteúdo ao mesmo tempo diferentes meios, como o jornal, a Internet, a TV e o rádio (CALDAS, 2002, p.17).

O pesquisador Álvaro Caldas (2002) faz ainda uma comparação entre leitores que buscam o jornal tradicional, de papel, e os cidadãos que buscam informações na internet:

Leitores de jornal e usuários da Internet têm interesses e curiosidades diferentes. Para assegurar seu espaço, caberá ao jornal do presente investir naquilo que o leitor espera encontrar nele: originalidade, texto interpretativo e analítico, com suas implicações e possíveis repercussões na vida de cada um. O fato situado dentro de um contexto mais amplo, ao lado de pesquisa e opinião. Já na Internet o que se busca são informações rápidas e específicas, em poucas linhas (CALDAS, 2002, p.17).

Os jornalistas trabalham sobre pressão. Nas redações há uma corrida diária atrás dos furos jornalísticos. Poucas coisas deixam um repórter tão deprimido quanto a descoberta de que ele não publicou uma informação de grande importância, enquanto outros veículos de comunicação conseguiram trabalhar as informações. Além da frustração pessoal, deixar de publicar uma notícia relevante pode resultar em demissão (CALDAS, 2002).

Na era do web jornalismo a corrida pelo furo fica ainda mais evidente. Após coletar informações os jornalistas querem compartilhá-las com o público o mais rápido possível. Se for uma grande novidade, o interesse dos repórteres é ainda maior. Tudo isso porque o público está atrás de novidades e são eles que sustentam os meios de comunicação (WARD, 2006).

No caso dos jornalistas que trabalham em jornais impressos, as novidades só podem ser passadas uma vez por dia. Já quem trabalha com internet, pode publicar notícias a todo o momento, em tempo real. E quando alguém publica uma informação relevante, todos os outros também querem publicar o mais rápido possível, com o objetivo de não perder leitores (WARD, 2006).

E é nesses casos que a ética jornalística deve prevalecer sobre qualquer outra coisa. Publicar informações pouco apuradas, em muitos casos inverídicas, só para prender a atenção dos leitores é antiético e pode causar prejuízos irreparáveis à quem publicou as inverdades. E, de acordo com os pesquisadores Miguel Pereira e Fernando Ferreira (2002, p.202), “para o jornalismo, a verdade não é assim um conceito retórico. É o seu fundamento”.

A internet chega e traz junto com ela uma renovação nas práticas e técnicas jornalísticas (PINHO, 2003, p.58). E na opinião deste pesquisador, esta pode ser a oportunidade de ouro do jornalismo.

Agora, com o espaço e a infinidade de facilidades fornecidas pela web, os jornalistas têm a oportunidade de melhorar a produção e a qualidade das notícias. E o jornalismo público pode ser peça fundamental nesse processo de renovação. Como há espaço para produzir e os responsáveis por construir as notícias não precisam se preocupar com limites de página, serviços direcionados ao público (telefones, faxes, sites, e-mails, etc.) podem fazer parte de boa parte das matérias, sem que haja prejuízos ou diminuição do texto jornalístico.

No próximo capítulo há uma análise do conteúdo de saúde do site candango *www.correiobrasiliense.com.br*. Uma série de notícias foram analisadas e este pesquisador constatou casos em que o jornalismo público já é exercido com êxito pela página.

5. Análise do objeto

A pretensão deste trabalho é analisar qual é o espaço cedido pela *homepage* do site *www.correiobraziliense.com.br* para o jornalismo público, na área de saúde. Na posição de maior jornal do Distrito Federal, o Correio Braziliense conta com uma equipe de 44 profissionais que se dedicam diariamente ao portal. E é por ter essa dimensão que a página foi escolhida como o objeto de estudo.

Assim como no impresso, a página *www.correiobraziliense.com.br* é organizada e dividida por hierarquias. A estrutura é a mesma de uma editoria comum, como política e economia, por exemplo. Há um editor, subeditores, repórteres e, inclusive, estagiários.

O conteúdo do site é variado. Cada editoria do jornal tem seu espaço na página. Matérias produzidas pela equipe do impresso são aproveitadas pelo site. Entretanto, o portal não deixa de fazer reportagens exclusivas. Como as notícias podem circular a qualquer hora na web, as *hotnews* marcam uma das principais diferenças entre o conteúdo do site e do impresso.

As notícias de saúde foram escolhidas, pois, na época em que este trabalho foi produzido, o sistema de saúde do Distrito Federal não funcionava do jeito que deveria. A população reclamava de diversas questões, como a falta de leito nas UTI'S e o descaso com os pacientes da rede pública. E, nessa mesma época, houve um surto da bactéria KPC nos hospitais do DF.

O jornalismo público foi exercido ou ficamos apenas com o jornalismo tradicional, recheados de números e dados que não fornecem as informações necessárias para que os cidadãos se autogovernem nos mais diversos assuntos? Os jornalistas realmente ajudaram a população na resolução de seus problemas? A resposta é sim, em alguns casos, mas, em outros, a mídia poderia ter contribuído mais com a população.

Para fazer a análise e detectar se os leitores recebiam apenas números que pouco acrescentava no seu dia-a-dia, ou eram contemplados com informações realmente fundamentais na resolução de seus problemas, este pesquisador usou os seguintes questionamentos:

1- Qual é o título da matéria?

Essa informação é crucial para que os leitores deste trabalho saibam qual matéria jornalística está sendo discutida.

2- Qual a data de publicação da matéria?

Essa informação serve, também, para que os leitores deste trabalho saibam qual matéria jornalística está sendo analisada.

3- Qual o assunto principal da matéria?

Essa pergunta ajuda os leitores a se situarem na análise. Colabora ainda com as conclusões, para sabermos em que situações o jornalismo público costuma ser mais exercido.

4- Quais números estavam presentes na matéria?

Informação que serve para sabermos se a matéria tratou apenas de passar números/dados de determinado assunto ou, também, se preocupou em colaborar na resolução do tema discutido.

5- A matéria foi produzida pelo portal do Correio Braziliense?

Informação crucial para sabermos se o site *www.correiobraziliense.com.br* já faz matérias que tenham sintomas de jornalismo público.

6- Quais foram as fontes de informação?

Essa pergunta serve para sabermos se a matéria explorou diversas fontes ou se reteve à apenas um ou dois informantes. Como a internet facilita o contato com as fontes, o ideal é que o maior número de especialistas sejam contatados para falar dos mais diferentes assuntos.

7- A matéria fornece elementos que fazem com que o leitor possa se autogovernar no assunto?

Essa pergunta é fundamental para sabermos se há sintomas de jornalismo público na matéria. Se o leitor, ao ler o texto ou interagir com a reportagem de alguma forma, conseguir colher informações que o ajudem a tomar decisões com relação ao assunto tratado, por conta da matéria, já teremos os primeiros sintomas de jornalismo público.

8- A matéria é factual ou atemporal?

Essa informação nos ajuda a determinar em quais situações o jornalismo público foi mais exercido.

9- O jornalismo público foi exercido?

Essa é a pergunta fundamental da análise. Através dela este pesquisador avalia a matéria e diz os porquês do jornalismo público ter sido ou não exercido. É possível, inclusive, dizer o que poderia ter sido acrescentado na matéria para que o jornalismo público fosse exercido.

Objeto 1

TÍTULO
Aumento de casos de catapora do DF já era previsto, diz pneumologista
DATA
05/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Surto de catapora no Distrito Federal.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: “A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (DF) registrou uma elevação de quase 45% na incidência de catapora este ano. De janeiro a outubro de 2009, foram contabilizados 3,5 mil casos, enquanto este ano já são 5,6mil. ”
Segundo parágrafo: “Segundo ele, 11 mil seria um número preocupante de casos.”
No quarto parágrafo: “A cidade do DF com maior incidência até o momento é São Sebastião, que registrou 400 casos.”
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos da matéria são da Agência Brasil.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
O chefe do Núcleo de Doenças Imunopreveníveis da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Ricardo Marins.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Sim. No quinto parágrafo os leitores são orientados a serem afastados do convívio social, caso eles estejam com sintomas de catapora.
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Sim. Na matéria analisada conseguimos detectar alguns sintomas de jornalismo público. Vale citar o pesquisador Luiz Martins (2006) quando ele afirma que “enquanto o jornalismo, de maneira geral, alimenta-se de fatos carregados de valor-notícia, espera-se do jornalismo público mais que a missão básica de informar”. Ou seja, quando tratamos de jornalismo público, estamos falando de serviço feito para o público.
No quinto parágrafo o jornalista responsável por elaborar a matéria, mesmo que ela seja factual, conseguiu arranjar espaço para orientar os cidadãos sobre a forma correta de evitar a propagação da catapora. Existe uma orientação clara sobre como as pessoas que estiverem com os sintomas da doença devem agir. Observe: “O pneumologista orienta que as pessoas infectadas sejam afastadas do convívio social por pelo menos uma semana, para evitar que transmitam a doença”. Depois desse trecho ainda segue uma citação do médico: “Também é preciso manter um nível adequado de higiene.”
Quando um leitor pegar a matéria para ler e observar esse trecho, ele já vai saber tomar algumas medidas de prevenção quando estiver cara-a-cara com

uma situação desse tipo, antes mesmo de consultar um médico especialista. Mas, nesse caso, a dúvida persiste. O leitor sabe o que fazer para prevenir a propagação da catapora, entretanto, não sabe quais são os sintomas característicos da doença. E é aí que entra o sexto parágrafo, segue um trecho: “O contágio ocorre pelo ar ou pelo contato direto com as lesões. Os sintomas incluem febre, dor muscular, coceira e pequenas bolhas espalhadas pelo corpo.”

Portanto, temos uma notícia que cumpre mais do que apenas a missão básica de informar. A matéria também ensina. Temos diversos números que provam a evolução da doença e, ao mesmo tempo, orientações sobre como preveni-la.

Objeto 2

TÍTULO
Secretaria de Saúde está há quatro meses sem repassar verbas para o CEAL.
DATA
06/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Deficientes auditivos são prejudicados pela falta de verba fornecida pelo Governo.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: “O Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovido Pavoni (CEAL) completou, neste mês de outubro, quatro meses sem receber o repasse de verbas da Secretaria de Saúde para a compra de aparelhos auditivos. De acordo com o diretor da CEAL, padre José, em média, 100 pessoas fazem o pedido do equipamento por mês.”
Segundo parágrafo: “A instituição abriga mais de 300 pessoas com deficiências, entre elas, de visão e audição.”
No terceiro parágrafo: “De acordo com o padre José, um aparelho desse tipo custa, em média, de R\$ 400 a R\$ 700 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), já no sistema particular, varia de R\$ 4 a R\$ 12 mil. ”
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
O diretor do Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovido Pavoni, padre José e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (por meio de nota).
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Não. A matéria poderia especificar, por exemplo, onde fica o CEAL para que pessoas com deficiência pudessem procurar a instituição. Telefones, e-mails, faxes ou sites, também poderiam ter sido passados.
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Não. No caso dessa matéria produzida pelo portal do Correio Braziliense, alguns elementos importantes foram deixados de lado. Durante todo o texto os leitores recebem informações a respeito dos problemas que os deficientes visuais estão passando, mas, em nenhum momento, o público tem informações sobre como ajudar essas pessoas (telefones, faxes, sites, e-mails).
No decorrer do texto o autor ainda cita que mais de 300 cidadãos recebem abrigo na instituição. Entretanto, também não publica nenhum tipo de contato para que pessoas que sofrem dos mesmos problemas possam procurar o CEAL.
Caso contatos básicos da instituição fossem publicados, os jornalistas teriam cumprido com a missão básica de informar e, se explicitassem a necessidade

de doações, poderiam ainda ter contribuído para resolução do problema. Em um meio liberal como o da internet, onde não há limites de espaço, é perfeitamente possível fornecer esse tipo de informação.

Objeto 3

TÍTULO
Secretaria de Saúde lança programa Unidos somos mais fortes do que a dengue.
DATA
06/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Dengue.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: “Somente de janeiro a agosto deste ano, foram registrados mais de 12 mil casos da doença, que resultaram em seis mortes. O número supera em 28 vezes o total de casos do ano anterior.”
Quadro: “Casos confirmados no DF:
2006 – 359
2007 – 646
2008 – 575
2009 – 431
2010* – 12.246
*Ocorrências entre janeiro e agosto”.
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são da Secretaria de Saúde e também do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A Secretaria de Saúde, o chefe do Núcleo de Divisão Ambiental de Brasília, Ildeci Pinto, além da moradora da Vila Planalto Maria Valda dos Santos.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Não. Durante toda a matéria os leitores são alertados sobre o surto da dengue, mas em nenhum momento aprendem a se prevenir da doença.
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Não. Entretanto, essa matéria tinha todas as características necessárias para que um bom jornalismo público fosse exercido.
O autor do texto começa falando da chegada das chuvas no Distrito Federal e lembra que com ela também chegam mais casos de dengue na cidade. O leitor continua lendo e depara-se com números que mostram o aumento exponencial dos casos de dengue em 2010, se comparado ao ano passado. E lembra, ainda, que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal lança um programa de governo que visa combater a doença no DF.
Depois de explicar como será parte do desenrolar do programa de prevenção à doença, a matéria mostra um caso de uma moradora da cidade que foi contaminada pelo mosquito, mesmo sem ter indícios de foco em sua residência. Sem dúvidas isso causa apreensão em parte dos leitores. E, para

finalizar, um ambientalista avisa: “Ainda temos os ovos do último surto. Eles estão só aguardando contato com a chuva”. O texto corrido acaba nesse ponto e um quadro mostrando a evolução da doença no DF finaliza a matéria.

Já que o perigo foi mostrado, porque não ajudar na resolução do problema? O alerta foi importantíssimo, sem sombra de dúvidas, mas faltou lembrar aos leitores quais são as maneiras corretas de afastar ao máximo o perigo de contrair a dengue. Na própria internet é fácil encontrar uma série de cartilhas que ensinam a se prevenir da doença. Segue abaixo maneiras simples de evitar o contágio da doença:

- “- Mantenha a caixa d’água sempre fechada com tampa adequada;
- Remova folhas, galhos e tudo que possa impedir a água de correr pelas calhas;
- Não deixe a água da chuva acumulada sobre a laje;
- Mantenha bem tampados tonéis e barris d’água;
- Encha de areia até a borda os pratinhos dos vasos de plantas;
- Coloque o lixo em sacos plásticos e mantenha a lixeira bem fechada. Não jogue lixo em terrenos baldios (www.dengue.org.br)” .

Objeto 4

TÍTULO
Duas mortes por catapora em crianças são registradas no DF este ano.
DATA
07/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Surto de catapora.
NÚMEROS
No título: “ Duas mortes por catapora em crianças são registradas no DF este ano”
No primeiro parágrafo: “ Duas crianças morreram por catapora no Distrito Federal em 2010”. E ainda: “De janeiro ao dia primeiro de outubro o número de casos da doença chegou a 6.344 , um aumento de 37% em relação à igual período de 2009, quando 4.006 casos foram notificados”.
No segundo parágrafo: “Segundo a gerente de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde, Ana Luiza Grisoto, o número de infectados pela catapora está dentro da média anual, que é de cinco mil casos.”
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A gerente de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde, Ana Luiza Grisoto.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Sim. Em alguns pontos da matéria o autor ensina aos leitores como evitar a propagação da doença, por exemplo: “Quem estiver contaminado deve ser isolado, já que a transmissão se dá pelo ar pelo contato direto com as lesões.”
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Sim. Essa matéria se assemelha muito com a já discutida “Aumento de casos de catapora do DF já era previsto, diz pneumologista”. Aqui, o autor da matéria trabalha em cima do fato - alerta sobre a ocorrência de mortes - mas arranja espaço para ajudar os leitores no combate à doença. Veja o trecho: “É importante não coçar as erupções para não ferir a pele e deixá-la suscetível a outras infecções.”
É nesse tipo de trabalho que o jornalismo/jornalistas consegue ir além dos fatos. A sociedade é alertada com relação ao problema e também aprende a combatê-lo ao ler a notícia. Vale citar, novamente, o pesquisador Luiz Martins (2006) quando ele afirma que “caberia ao jornalismo público dar ênfase às soluções dos problemas e não aos problemas em si.”
Sem dúvidas, quando a mídia trabalha em parceria com os diversos outros setores da sociedade no combate a epidemias, por exemplo, a resolução dos

problemas fica mais fácil de ser alcançada.

Imagine o caso de uma família que não tem condições de ir ao médico com frequência, mas, por algum motivo, tem acesso às notícias diárias produzidas pelos meios de comunicação. Se os jornalistas que trabalham para esses meios, em época de epidemia, produzirem informações que atinjam diretamente a raiz do problema, aquela família talvez consiga escapar da doença só tomando precauções sugeridas pelos jornais, sites, TVs, rádios, etc.. Esse é um dos motivos que elevam a importância da prática do jornalismo público por, cada vez mais, veículos de propagação de notícias.

Objeto 5

TÍTULO
Menino de dois anos morre à espera de um leito de UTI.
DATA
11/10/2010
ASSUNTO PRINCIPAL
Morte de criança por falta de leito na rede pública do Distrito Federal.
NÚMEROS
A matéria não trabalha com nenhum tipo de estatística.
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos da matéria são do Correio Braziliense e da TV Brasília.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
O Ministério Público do Distrito Federal e os pais da criança.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Sim. No decorrer da matéria há informações que podem ajudar os leitores a tomar atitudes quando estiverem em situação parecida: “Os pais foram orientados a procurar o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para tentar a internação na rede privada. O MPDFT informou que, nesses casos, em geral, a pessoa é encaminhada para a Defensoria Pública, onde tem acesso a uma liminar que permite a internação do paciente. A assessoria do órgão explicou que é mais efetiva porque o MPDFT só trabalha com causas coletivas e recomenda a internação ao governo ou ao hospital.”
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Sim. Nessa matéria o jornalismo público foi exercido com certa timidez. Ao ler a matéria os leitores induzem o que fazer, caso estejam em uma situação parecida com a dos pais da criança. Em nenhum momento a matéria fala diretamente com a população, não há quadros explicando o que fazer nessas situações, mas através da história contata os leitores já conseguem ter certa noção das atitudes que devem tomar nesses casos.
No último parágrafo da matéria, ainda há um alerta sobre o horário de funcionamento da Defensoria Pública nos finais de semana e feriados: “A família não foi atendida porque a Defensoria atende nos finais de semana e feriados em regime de plantão, apenas das 13h às 19h”. Por conta desse trecho, os leitores já sabem que não adianta procurar a Defensoria Pública em certos horários de finais de semana e feriados, mas a matéria poderia ter explicitado o que fazer quando o órgão não atende aos chamados de urgência.
Essa é uma matéria em que a essência do jornalismo público está presente, mas poderia aparecer com muito mais força. Os leitores poderiam ter sido orientados com relação aos órgãos que devem procurar nessas situações. Endereços, telefones, faxes ou e-mails das instituições públicas poderiam ter sido citados na matéria.

Objeto 6

TÍTULO				
Cidades do entorno são consideradas de alto risco de incidência da dengue.				
DATA				
11/10/2010.				
ASSUNTO PRINCIPAL				
Surto de dengue.				
NÚMEROS				
<p>No primeiro parágrafo: “Goiás enfrenta a pior epidemia de dengue em 10 anos. São quase 100 mil casos registrados de janeiro a setembro último. Mais que o dobro dos 12 meses de 2009. A doença já matou 65 pessoas no estado somente em 2010. Os números continuaram a crescer mesmo no período da seca, que seria desfavorável à proliferação do mosquito transmissor, o <i>Aedes aegypti</i>. Nesse cenário, seis municípios do Entorno do Distrito Federal ganharam a classificação de alto risco devido à grande incidência de moradores contaminados”.</p> <p>No segundo parágrafo: “Dos municípios goianos vizinhos do DF, o mais preocupante é Luziânia. Com 202 mil moradores, distante 66km do Plano Piloto e 1.485 notificações de dengue até 2 de outubro, ocupa o sétimo lugar no ranking de casos no estado”.</p> <p>No terceiro parágrafo: “No Jardim Ingá, bairro mais populoso de Luziânia, as caixas d'água são o maior problema, pois 20% estão destampadas”.</p> <p>No quarto parágrafo: “O resultado é que a quantidade de casos registrados em Luziânia este ano subiu 30% somente em setembro, quando não choveu na cidade”.</p> <p>No sexto parágrafo: “O município, por exemplo, tem 85 profissionais em campo diariamente, mas ainda oferece 27 vagas para a atividade. “Para atender a toda a comunidade, deveríamos ter mais de 120 agentes”.</p> <p>No sétimo parágrafo: “Dos 65 casos fatais em 2010, 35 ocorreram por complicações geradas pela dengue. Os outros 26 se deram exclusivamente por dengue hemorrágica. Ainda há outras 39 mortes sob investigação, com sintomas da enfermidade transmitida pelo <i>Aedes aegypti</i>”.</p> <p>No oitavo parágrafo: “Os índices estabelecem como de risco de surto os locais onde a infestação é maior que 4%. Índices entre 1% e 3,9% são tidos como de alerta; e menores que 1% são considerados satisfatórios”.</p> <p>Quadro que indica o número de casos de dengue registrado em cada cidade:</p>				
“Goiânia-				35.732
Ap.	de	Goiânia	-	8.606
Anápolis		-		5.750
Jataí		-		4.210
Mineiros		-		3.474
Rio	Verde		-	3.009

Luziânia	-	1.485
Catalão	-	1.257
Iporá	-	1.095
Sen. Canedo - 1.043 ”		
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?		
Os créditos da matéria são do Correio Braziliense.		
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?		
O Ministério da Saúde, o supervisor de agentes de saúde de Luziânia Josué Vaz Duarte, o gerente de controle de vetores de Luziânia, Valdaire Bispo de Oliveira, a superintendente de políticas de atenção integral à saúde de Goiás, Elizabeth Silva Oliveira Araújo, e também a Secretaria de Saúde de Goiás.		
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.		
Não. A matéria passa inúmeros dados, fala de pessoas que não tomam cuidado com a proliferação da doença, mas não ensina os leitores a tomar as precauções necessárias ao combate da dengue.		
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?		
Factual.		
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?		
<p>Não. Como já foi explicitado, a matéria é recheada de números que demonstram os perigos e o tamanho da doença, mas não trás informações que fazem com que a sociedade possa se proteger da doença. Temos aqui um caso muito parecido com a matéria “Secretaria de Saúde lança programa Unidos somos mais fortes do que a dengue”.</p> <p>A matéria é extensa e trás dados importantes à constatação dos perigos da dengue. Há, inclusive, um quadro que demonstra a enorme quantidade de casos de dengue registrados em municípios próximos ao Distrito Federal. Entretanto, poderia haver também um quadro que ensinasse a população a tomar medidas de prevenção à doença.</p> <p>O texto cumpriu com sua a missão básica do jornalismo que é informar. Mas este pesquisador crê que dá para ir muito além do básico. As fontes da matéria são boas e poderiam passar dicas de como evitar que os casos de dengue aumentem ainda mais.</p> <p>Como o público leitor quer sempre novidades, essas dicas poderiam ser passadas de uma maneira diferente. A internet proporciona diversas ferramentas de interação com os usuários e um infográfico interativo poderia ajudar a prender a atenção do público. Jogos virtuais de fácil elaboração também servem como uma boa ferramenta de diversificação do conteúdo.</p>		

Objeto 7

TÍTULO
Falta de leitos nas UTIs da rede pública é agravada pelo surto de bactéria.
DATA
12/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Pacientes de Brasília sofrem com a falta de leitos de UTIs.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: “Cerca de 40 pessoas por dia amargam a espera de leito em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI)”. E ainda: “Dos 320 leitos disponíveis na rede pública, 15 estão reservados para pacientes infectados pelo micro-organismo, segundo o subsecretário de Atenção à Saúde, José Carlos Quinaglia. No último boletim divulgado sexta-feira, a Secretaria de Saúde confirmou que das 18 mortes de pessoas contagiadas, 14 foram diretamente relacionadas à infecção.”
No segundo parágrafo: “Dos 15 leitos isolados, sete estão no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) e oito no Hospital Regional do Paranoá (HRP)”.
No terceiro parágrafo: “Ele teve duas paradas cardíacas e morreu às 11h10”.
No quinto parágrafo: ““Diariamente, mais de 40 pacientes dependem de liminar para ter acesso à UTI, e a Secretaria de Saúde não toma medidas, não cria novas alas%u201D”, acusa”.
No sétimo parágrafo: “Segundo ela, a dívida do GDF com as clínicas e hospitais particulares que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) está em torno de R\$ 60 milhões . Depois de um período de 12 meses sem quitar a dívida, as empresas de saúde receberam R\$ 12 milhões , divididos em duas parcelas”.
No oitavo parágrafo: “Além dos 100 leitos privados que atendem pelo SUS, cerca de outros 50 são ocupados todos os meses por pacientes da rede pública via medida liminar. O custo médio mensal desses atendimentos ultrapassa a marca de R\$ 1 milhão . O subsecretário de Atenção à Saúde, José Carlos Quinaglia, adiantou que R\$ 7 milhões aguardam autorização da Secretaria de Fazenda para serem transferidos à rede privada pelos serviços”.
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos da matéria são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A mãe e a avó de um garoto de dois anos que morreu por conta da falta de leitos nas UTIs. Além delas, também participam da matéria a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o coordenador do Núcleo de Plantão da Defensoria Pública, Frederico Donati, a gerente executiva do Sindicato Brasileiro de Hospitais, Danielle Feitosa e o subsecretário de Atenção à Saúde, José Carlos Quinaglia.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.

Sim. A matéria é baseada em dados e fatos, mas, em alguns momentos, é possível extrair alguns sintomas de jornalismo público. Por exemplo, ao ler a matéria os leitores tendem a evitar, caso possam, o Hospital de Base do Distrito Federal e o Hospital Regional do Paranoá, pois sabem que lá há pacientes internados com sintomas da bactéria KPC: “Dos 15 leitos isolados, sete estão no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) e oito no Hospital Regional do Paranoá (HRP)”.

A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?

Factual.

O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?

Sim. A matéria é de extrema importância para a população, pois alerta todos os cidadãos e o governo com relação à falta de leitos nas UTIs da rede pública. Apesar da matéria não deixar claro aos leitores sobre como reagir em casos de internação de urgência, os leitores recebem outras informações importantes caso precisem procurar um hospital.

Temos aqui um caso muito semelhante ao da matéria “Menino de dois anos morre à espera de um leito de UTI”. Mesmo sem deixar claro aos leitores, é possível deduzir que em casos de falta de leitos, um dos caminhos recomendados é procurar a justiça.

Durante a matéria os leitores ainda recebem outras informações que os ajudam a se autogovernar. Como já citado em uma das perguntas acima, o público tende a evitar, sempre que possível, hospitais em que há pessoas com sintomas da bactéria KPC: “Dos 15 leitos isolados, sete estão no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) e oito no Hospital Regional do Paranoá (HRP)”. E mais, ao ler a matéria também é possível saber quanto custa, em média, uma internação na UTI de um hospital particular: “O custo médio mensal desses atendimentos ultrapassa a marca de R\$ 1 milhão”.

Acima de todos esses fatores, essa é uma matéria que mexe com o interesse do público. É com textos desse tipo que a população fica alerta com relação aos problemas da saúde e força o governo a tomar algum tipo de providência.

Objeto 8

TÍTULO
Mulher de 71 anos morre após passar 11 dias em hospital com uma fratura.
DATA
13/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Morte de idosa com suspeita de negligência no atendimento médico.
NÚMEROS
Primeiro parágrafo: “Uma mulher de 71 anos morreu, na segunda-feira (11/10), após passar 11 dias no Hospital Regional de Ceilândia (HRC) com uma fratura no tornozelo esquerdo”.
No segundo parágrafo: “Francisca Oliveira foi internada no dia 1º de outubro com uma fratura no tornozelo esquerdo. Segundo a Secretaria de Saúde, a paciente era hipertensa crônica, com relato de três acidentes vasculares cerebrais (AVC) no mês de agosto”.
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Não. Aqui temos um exemplo de matéria factual, sem sintomas de jornalismo público.
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Não. A matéria serve, novamente, como um alerta às condições precárias do sistema de saúde do Distrito Federal. Entretanto, não há nenhuma informação que colabore com a resolução dos problemas dos leitores. A missão de informar do jornalismo tradicional foi cumprida, mas não há sintomas de jornalismo público.

Objeto 9

TÍTULO
Secretaria de Saúde inaugura posto de saúde no Riacho Fundo I.
DATA
14/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Novo posto de saúde do Riacho Fundo beneficiará 4 mil pessoas.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: “A expectativa é de que 4 mil pessoas sejam beneficiadas com a nova unidade.”
No quarto parágrafo: “A unidade possui 340 m² , divididos em três consultórios, salas de curativos, nebulização e medicação, consultório odontológico com farmácia de medicamentos e área administrativa.”
No quinto parágrafo: “A construção demorou cerca de um ano. ”
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o subsecretário de Atenção Primária à Saúde, Berardo Nunan.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Sim. Ao ler a matéria os leitores sabem exatamente onde está localizado o posto de saúde e, quando precisarem de atendimento médico, os cidadãos já saberão aonde procurar ajuda. Veja: “A Secretaria de Saúde inaugurou, na manhã desta quinta-feira (14/10), um posto de saúde na QN1 Área Especial do Riacho Fundo I.”
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Sim. Apesar de tratar de um assunto que é factual (a inauguração de um posto de saúde), a matéria conseguiu ir além dos números. Ao ler o texto, os cidadãos conseguem saber onde está localizado, com exatidão, o novo posto de saúde e, também, conhecem quais áreas de atendimento serão oferecidas pelo hospital. Veja: “Os pacientes serão beneficiados com ações de promoção da saúde, orientações de hábitos de vida, alimentação, atividade física, controle de tabagismo, prevenção de violência, higiene e, ainda, cuidados com o pré-natal e recém nascidos.”

Objeto 10

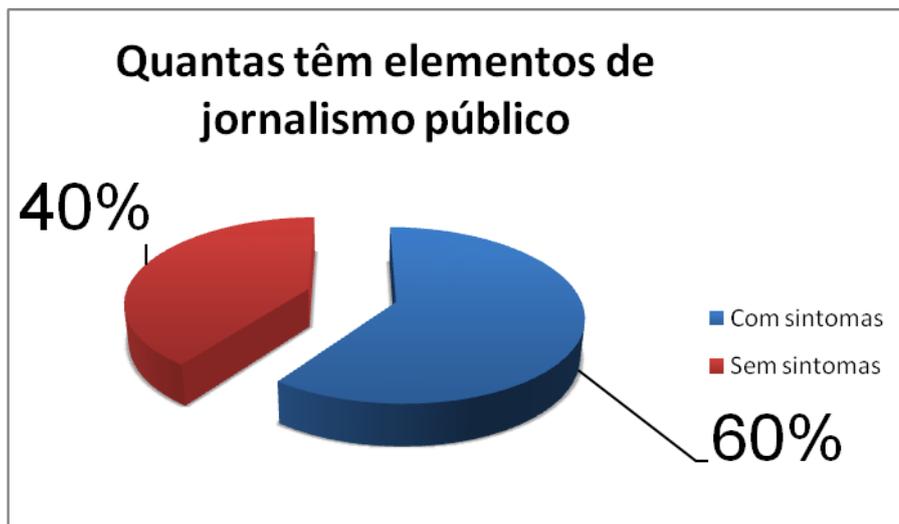
TÍTULO
Secretaria de Saúde autoriza 10 clínicas a realizarem cirurgias estéticas.
DATA
15/10/2010.
ASSUNTO PRINCIPAL
Novo posto de saúde do Riacho Fundo beneficiará 4 mil pessoas.
NÚMEROS
No primeiro parágrafo: Dez clínicas particulares de cirurgia plástica do Distrito Federal estão autorizadas a fazer procedimentos de cirurgia estética de menor (Tipo 1) e pequeno porte (Tipo 2).
No segundo parágrafo: A Gerência de Fiscalização da Secretaria vistoriou 30 clínicas e autorizou o funcionamento de apenas 10 , por se adequarem às normas. As clínicas que podem realizar procedimentos Tipo 1 deverão funcionar em locais com, no máximo, 20m² .
No terceiro parágrafo: Já as clínicas Tipo 2, deverão funcionar em locais que tenham, obrigatoriamente, entre 20m² e 25m² . Além das cirurgias de Tipo 1, essas clínicas podem realizar procedimentos como correção de pálpebra, correção de pequenas cicatrizes de até 10cm , lipoaspiração de pequeno porte (sucção de até 300ml de gordura), entre outros.
No quinto parágrafo: A Secretaria de Saúde também informou que sete clínicas estão em processo de adequação e oito , que faziam cirurgias estéticas, declararam que não realizarão mais esses procedimentos. Além disso, cinco clínicas foram interditadas por não haver nenhuma condição de trabalho.
A MATÉRIA FOI PRODUZIDA PELO PORTAL DO CORREIO BRAZILIENSE?
Os créditos são do Correio Braziliense.
QUEM SÃO AS FONTES DE INFORMAÇÃO?
A Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
A MATÉRIA FORNECE ELEMENTOS QUE FAZEM COM QUE O LEITOR POSSA SE AUTOGOVERNAR NO ASSUNTO? CITE EXEMPLOS.
Sim. A matéria traz informações importantes aos leitores. Além de esclarecer o que cada clínica poderá fazer - isso faz com que os cidadãos fiquem atentos às irregularidades e denunciem quem estiver fora das normas -, as pessoas que lerem a matéria saberão onde procurar cada um desses hospitais (foi divulgada uma lista, ao final da matéria, com todas as clínicas que estão autorizadas a fazer os procedimentos citados no texto).
A MATÉRIA É FACTUAL OU ATEMPORAL?
Factual.
O JORNALISMO PÚBLICO FOI EXERCIDO?
Sim, a matéria tem sintomas de jornalismo público. Com a notícia, como já foi citado acima, os leitores acabam conhecendo as regras que cada clínica deve seguir e podem atuar, também, como fiscalizadores desses hospitais.
Observem que ao invés de finalizar o texto só falando das regras que cada

clínica deve seguir, os responsáveis pela matéria ainda acrescentaram uma lista com o nome e o local onde estão situados cada um desses hospitais. Com isso, o público interessado nos serviços das clínicas saberá quais delas podem prestar os serviços e, ainda, aonde ir em caso de emergência. Confira:

"Roberto Silva Pantoja - Plano Piloto
Instituto de Cirurgia do Lago - Lago Sul
Clínica Ser de Especialidades Médico-Cirúrgicas - Plano Piloto
Clínica de Cirurgia Plástica Paulo de Tarso - Plano Piloto
Centro Clínico Amma - Taguatinga Sul
Capital Med Cirurgia Plástica - Cruzeiro
Cirplas Centro de Cirurgia Plástica de Brasília - Plano Piloto
Instituto Durães Medicina Estética Especializada - Plano Piloto
Hospital do Cálculo Renal Assistência Médica Urológica - Plano Piloto
Instituto Médico Cirúrgico Asa Sul - Plano Piloto"

Temos, então, um serviço feito para o público.

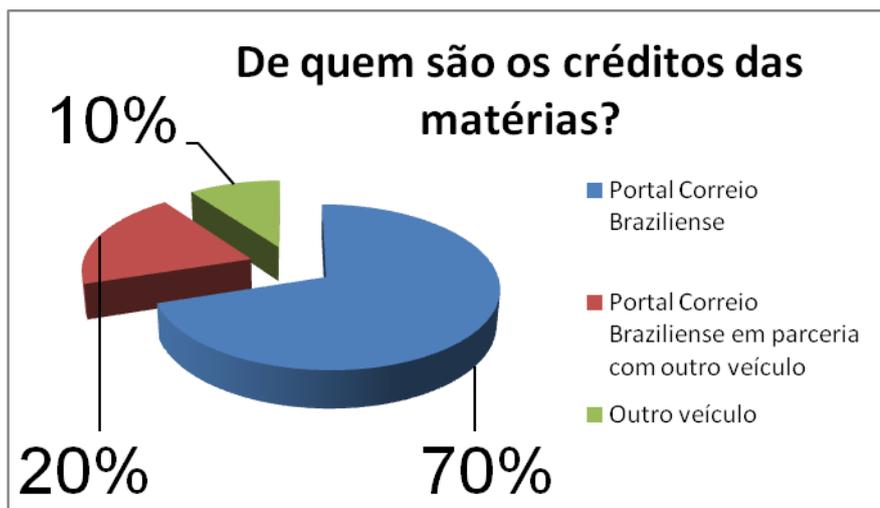
Com relação às dez matérias analisadas, seguem algumas considerações:



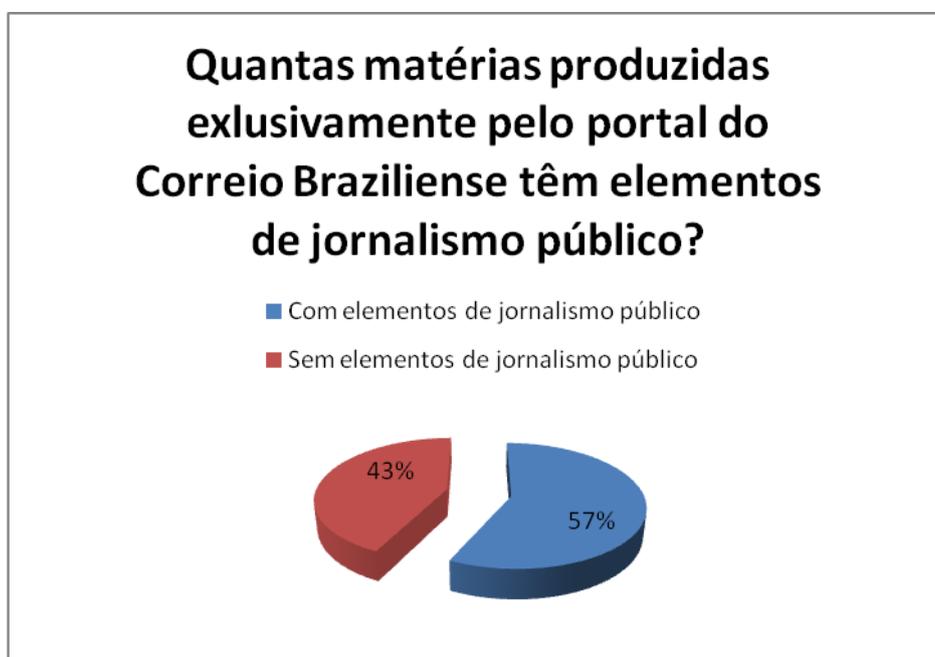
Esse gráfico mostra com clareza que a maioria das notícias de saúde do portal www.correiobraziliense.com.br que são divulgadas na página principal do site têm elementos de jornalismo público. Isso significa que o portal já ultrapassa a barreira do jornalismo tradicional, mas ainda pode crescer significativamente nesse ramo jornalístico.



O gráfico acima deixa claro que o portal do Correio Braziliense ainda perde oportunidades de fazer jornalismo público. Em notícias que tratam de surtos de doença, na grande maioria dos casos, é possível exercer esse gênero/tendência do jornalismo, ensinando, por exemplo, os leitores a se prevenirem das doenças. Entretanto, no período de análise, o jornalismo público só foi exercido, com relação à prevenção de surtos de doenças, na metade das matérias.



Esse gráfico deixa explícito que na grande maioria das vezes é a própria equipe do portal www.correio braziliense.com.br que produz as notícias de saúde. Entretanto, eles também fazem parcerias com outros veículos e até divulgam informações de agências públicas. Para restringir somente ao Correio Braziliense, segue o gráfico abaixo:



Se falarmos apenas das matérias produzidas pelo portal www.correio braziliense.com.br constataremos que um pouco mais da metade das notícias têm sintomas de jornalismo público. Neste caso fica constatado que o jornal já faz jornalismo público, mas pode crescer ainda mais nessa área, se comparado ao primeiro gráfico.

7. Conclusão

Os jornalistas precisam servir os cidadãos. É para eles os repórteres devem trabalhar. Quanto mais serviços eles conseguirem prestar à população, mais as pessoas irão aumentar sua credibilidade. E com a credibilidade chega a audiência, principal responsável por sustentar jornais, TVs, rádios, e, até mesmo, portais de internet.

A teoria do bom jornalismo público abriga todo um repertório de serviços aos cidadãos. Para que uma notícia tenha sintomas desse gênero/tendência do jornalismo brasileiro, é preciso que o público tenha sido o principal fator para que a notícia fosse dada. E quando o público é realmente protagonista de uma reportagem ou foco principal de uma matéria, ele, naturalmente, se aproxima dos jornalistas e, conseqüentemente, fornece audiência para os mais diversos veículos de comunicação.

O jornalismo público já é exercido cotidianamente no Brasil. Na internet, por conta do espaço ilimitado e do alto grau de interação entre leitores e autores de textos, esse gênero/tendência do jornalismo tem tudo para crescer ainda mais e tornar-se parte da rotina diária dos jornalistas que lidam com essa área.

No caso das notícias de saúde do site *www.correiobraziliense.com.br*, o jornalismo público já é exercido na maioria das reportagens. Seja na forma de texto corrido, seja na forma de quadros, infográficos e outros meios de interação fornecidos pela rede mundial de computadores.

Entretanto, é importante ressaltar que o jornalismo público ainda pode crescer muito na internet. A facilidade de conseguir fontes e informações na web são fatores que devem colaborar substancialmente com esse crescimento. Inúmeras notícias que são passadas aos leitores têm tudo para sair do básico e ultrapassar a barreira do jornalismo tradicional. Só números e dados, muitas vezes, não são suficientes para suprir boa parte das necessidades de quem se dispõe a ler notícias.

Porque quando jornalistas vão escrever sobre o surto da dengue no Distrito Federal, por exemplo, eles muitas vezes se limitam a falar de números alarmantes que, em grande parte das vezes, só servem para assustar os leitores? Porque não alertá-los sobre o problema e ensiná-los a se prevenir da doença? É aí que entra o jornalismo público. Quando um repórter resolve conversar com determinada fonte

com o objetivo de publicar informações que irão ajudar os cidadãos a minimizar um problema, ele está exercendo a essência do jornalismo público.

E depois de realizar esse estudo sobre jornalismo público, este pesquisador acredita que é possível exercer com mais frequência esse gênero/tendência do jornalismo. E, em grande parte das vezes, o jornalismo público não é exercido por falta de conhecimento específico dos jornalistas sobre essa área. Vale citar o pesquisador Luiz Martins da Silva (2006):

Faltam projetos e parcerias entre as organizações sociais e organizações de mídia, de forma a empresariar e dar sustentabilidade a um mercado jornalístico que, como se procurou aqui demonstrar tem um potencial muito promissor. Falta a contribuição do meio acadêmico, não só na pesquisa do assunto, quanto na preparação técnica de profissionais para esse mercado. Muito se tem discutido acerca da pertinência do diploma de jornalismo para o exercício dessa profissão. Pouco se tem debatido sobre as possibilidades interdisciplinares, neste caso, entre a área social e o jornalismo e vice-versa (MARTINS, 2006, p.22).

Este pesquisador concorda também com a estudiosa Vânia Ferreira (2008):

O jornalismo público é um instrumento eficaz para solução dos problemas da sociedade. Pode-se acrescentar, ainda, que também é uma solução para os problemas dos jornais, no que diz respeito à credibilidade e ao público leitor (FERREIRA, 2008, p.22).

E, como os grandes jornais do país estão apostando também na internet, é importante que eles ganhem cada vez mais credibilidade, já que para sobreviver na web, onde todo mundo pode escrever a respeito de qualquer tema, é fundamental que se tenha credibilidade, para ter público interessado em notícias de cunho jornalístico.

O jornalismo público pode, ainda, chegar como forma de inovação das notícias publicadas na web. É perfeitamente possível prestar serviço aos cidadãos de maneira interativa. No caso do surto da dengue, por exemplo, os portais podem elaborar infográficos interativos onde os leitores aprendem a se prevenir da doença de forma menos maçante. É possível, inclusive, elaborar games virtuais que além de prender a atenção dos leitores, estará dando audiência para a página e, o mais importante, prestando um serviço para a população (um game onde o leitor tem que afastar todos os indícios de dengue de determinado bairro, por exemplo).

O jornalismo público no site *www.correiobraziliense.com.br* já exercido, mas poderia estar mais presente no cotidiano da população e, é claro, dos jornalistas. Como mais

da metade das notícias analisadas tinham sintomas de jornalismo público, este pesquisador crê que o portal já faz sua parte no que diz respeito à serviço prestado diretamente ao público. Mas, como já foi ressaltado, ainda dá aumentar o número de notícias que tenham sintomas de jornalismo público.

Referências bibliográficas:

Livros:

ALMEIDA, Livia. **Jornalismo Público nas Tevês Abertas em Brasília**. In: PRADO, Mônica Igreja do (org.). **Coletânea@Pública – Práticas de Comunicação Pública em Brasília**. Entrepasto Acadêmico e DCE-UniCEUB: Brasília-DF, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editôra, 1962.

CALDAS, Álvaro. **O desafio do velho jornal é preservar seus valores**. In: CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no jornal: O Jornalismo Na Era Da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

CORREIA, Fernando. **Jornalismo e sociedade: introdução ao estudo e à prática do jornalismo enquanto fenômeno social**. Lisboa: Avante, 2000.

CREMILDA, Medina. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1988.

FERREIRA, Vânia. **Impressões sobre Jornalismo Público**. In: PRADO, Mônica Igreja do (org.). **Coletânea@Pública – Práticas de Comunicação Pública em Brasília**. Entrepasto Acadêmico e DCE-UniCEUB: Brasília-DF, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). **Comunicação & Controle Social**. Petrópolis: Vozes, 1993.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PEREIRA, Miguel e FERREIRA, Fernando. **Desafios da ética**. In: CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no jornal: O Jornalismo Na Era Da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

PRADO, Mônica Igreja do (org.). **Coletânea@Pública – Práticas de Comunicação Pública em Brasília**. Entreposto Acadêmico e DCE-UniCEUB: Brasília-DF, 2008.

SILVA, Luiz Martins da. **Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições**. In:

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público**. Casa das Musas: Brasília-DF, 2006.

TONELINI, Tatianny. **Estudo de Caso: Mutirão da Cidadania da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal (Sejus)**. In: PRADO, Mônica Igreja do (org.). **Coletânea@Pública – Práticas de Comunicação Pública em Brasília**. Entreposto Acadêmico e DCE-UniCEUB: Brasília-DF, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

Artigos:

FREIRE, Alexandre. Jornalismo público, “publijornalismo” e cidadania. In: Observatório da imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq051098b.htm>>. Acessado em: 05 de setembro de 2010.

PONTES, Ipojuca. **Jornalismo falido x jornalismo on line**. In: Mídia sem Máscara. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.org/artigos/cultura/11284-jornalismo-falido-x-jornalismo-on-line.html>>. Acessado em: 21 de agosto de 2010.

SEGRE, Lia. **EBC terá manual de jornalismo público**. In: Observatório do Direito à Comunicação. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6788>. Acessado em: 31 de agosto de 2010.

Internet:

BRASIL. Dengue. Dispõe sobre a prevenção do mosquito da dengue. Brasília: Disponível em: <http://www.dengue.org.br/dengue_prevenir.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

BRASIL. Federação Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros, 2007. Brasília: Disponível em: <HTTP://www.fenaj.org.br/.../cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2010.

Monografia:

FERREIRA, Lívia de Almeida. **Jornalismo Público: Espaço cidadão na grade de programação de emissoras de TV comercial aberta em Brasília**. Orientador: Mônica Prado. Brasília: UniCEUB, 2007.

Anexos

Objeto 1

Aumento de casos de catapora do DF já era previsto, diz pneumologista

Agência Brasil

Publicação: 05/10/2010 13:35

Brasília – A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (DF) registrou uma elevação de quase 45% na incidência de catapora este ano. De janeiro a outubro de 2009, foram contabilizados 3,5 mil casos, enquanto este ano já são quase 5,06 mil.

O chefe do Núcleo de Doenças Imunopreveníveis da secretaria, Ricardo Marins, afirma que o aumento é normal e já era previsto. “Esse é um comportamento habitual da doença, por ela ser cíclica e sazonal. Isso significa que ela ocorre com mais intensidade a cada dois ou três anos e entre os meses de agosto e novembro”, explica o pneumologista. Segundo ele, 11 mil seria um número preocupante de casos.

A vacina contra a catapora, também chamada de varicela, não é oferecida na rede pública. De acordo com Marins, isso se deve à prioridade dada a outras doenças que têm um impacto maior na população. “Ao longo dos anos, ela provocou um número pequeno de internações e óbitos, se comparada a outras doenças, como pneumonia e meningite”, acrescenta.

A cidade do DF com maior incidência até o momento é São Sebastião, que registrou 400 casos. Segundo Marins, as regiões que apresentam um nível socioeconômico mais baixo são as mais afetadas.

O pneumologista orienta que as pessoas infectadas sejam afastadas do convívio social por pelo menos uma semana, para evitar que transmitam a doença. “Também é preciso manter um nível adequado de higiene”, alerta.

A catapora é uma doença contagiosa causada pelo vírus varicela-zoster e que atinge principalmente crianças de 1 a 4 anos de idades. O contágio ocorre pelo ar ou pelo contato direto com as lesões. Os sintomas incluem febre, dor muscular, coceira e pequenas bolhas espalhadas pelo corpo.

Objeto 2

Secretaria de Saúde está há quatro meses sem repassar verbas para o CEAL

Publicação: 06/10/2010 13:37 Atualização: 06/10/2010 14:08

O Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovido Pavoni (CEAL) completou, neste mês de outubro, quatro meses sem receber o repasse de verbas da Secretaria de Saúde para a compra de aparelhos auditivos. De acordo com o diretor da CEAL, padre José, em média, 100 pessoas fazem o pedido do equipamento por mês. "O serviço existe, mas a gente não pode mandar fazer os aparelhos e fazer de conta para as empresas fornecedoras que vamos pagar. Precisamos da verba da Secretaria", afirma.

A instituição abriga mais de 300 pessoas com deficiências, entre elas, de visão e audição. Lá no centro, elas recebem auxílio de psicólogos, fonoaudiólogos e otorrinos. Desde 2008, a Secretaria de Saúde firmou um acordo com o centro, em que se compromete a oferecer um recurso para o pagamento dos equipamentos de audição. Segundo o padre, até hoje a instituição não viu o dinheiro de dezembro de 2008. "Recebemos na semana passada as verbas de março, abril e maio. Mas ainda falta todo o resto do ano. Nós falamos que vão pagar o mês de junho ainda esta semana. A gente fica nessa angústia porque vão se acumulando o número de pacientes", explica.

De acordo com o padre José, um aparelho desse tipo custa, em média, de R\$ 400 a R\$ 700 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), já no sistema particular, varia entre R\$ 4 a 12 mil. "É muito difícil para a população carente", lamenta.

Atrasos

O padre explica que o centro já está acostumado com os atrasos tanto das verbas, quanto na questão da burocracia, que autoriza os pacientes a receberem o aparelho. "Não temos como comprar adiantado e o complicado é que os exames passam na mão de muitas pessoas. Então eles dizem que um está viajando, o outro está de recesso e atrasa mais ainda a vida das pessoas", diz.

Para o padre José, a situação é complicada. "Os pacientes ligam aqui e dizem que já fizeram todos os exames. Eles ficam angustiados para saber quando vão receber o aparelho auditivo. É triste", comenta.

Por meio de nota, a Secretaria de Saúde confirmou o pagamento ao CEAL até o mês de maio deste ano. Em relação a prestação de contas do mês de junho, a Secretaria afirmou que está em análise e será realizado ainda esta semana se não forem constatadas irregularidades. Dos demais meses, os pagamentos serão efetuados à medida que essa análise for finalizada.

Objeto 3

Secretaria de Saúde lança programa Unidos somos mais fortes do que a dengue

O tão esperado retorno das chuvas no Distrito Federal não significa somente alívio da seca. Com o aumento da umidade, cresce o número de casos de dengue. Depois de quatro meses sem chuva, a prevenção é fundamental. Brasília ainda se recupera do surto da doença ocorrido no último verão. Somente de janeiro a agosto deste ano, foram registrados mais de 12 mil casos da doença, que resultaram em seis mortes. O número supera em 28 vezes o total de casos do ano anterior (veja abaixo). Para evitar que o cenário se repita, a Secretaria de Saúde lança hoje a mobilização social Unidos somos mais fortes do que a dengue.

Além de estimular a organização de mutirões, com essa ação a Secretaria intensificou trabalho de fiscalização e conscientização realizado por agentes ambientais nas residências do DF. Durante o período chuvoso, os agentes irão diversificar o foco da campanha abordando também os responsáveis por estabelecimentos comerciais. Caberá às equipes do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) apoiar os grupos de visitas em domicílio.

O primeiro local escolhido pela vistoria é a Vila Planalto, origem do surto de dengue que atingiu o DF no início do ano. "Aqui, o índice de infestação do mosquito é muito alto. Ainda temos os ovos do último surto. Eles estão só aguardando o contato com a chuva", explica Ildeci Pinto, chefe do Núcleo de Divisão Ambiental de Brasília.

A dona de casa moradora da Vila Planalto Maria Valda dos Santos, 53 anos, cumpre todas as etapas de prevenção ao mosquito e seu quintal não apresentou nenhum foco *Aedes aegypti*. Ainda assim, ela e suas duas filhas, Mônica e Mariana contraíram a doença no início deste ano. "Fui dormir bem, e quando levantei eu não conseguia pisar no chão. Doía tudo, e tinha muita febre", conta Maria. A suspeita é de que os criadouros do mosquito estavam em alguma casa vizinha. Para o Coordenador de Prevenção e Controle da Dengue da Secretaria de Saúde, Ailton Domicio, são casos de descuido individual que levam a dengue para diversas residências, mesmo as que não oferecem um ambiente propício para a reprodução do mosquito.

"Ainda temos os ovos do último surto. Eles estão só aguardando o contato com a chuva"

Ildeci Pinto, chefe do Núcleo de Divisão Ambiental de Brasília

Ocorrências

Casos confirmados no DF:

2006 - 359

2007 - 646

2008 - 575

2009 - 431

2010* - 12.246

**Ocorrências entre janeiro e agosto*

Fonte: Secretaria de Saúde

Objeto 4

Duas mortes por catapora em crianças são registradas no DF este ano

Luiz Calcagno

Publicação: 07/10/2010 15:59 Atualização: 07/10/2010 17:52

Duas crianças morreram por catapora no Distrito Federal em 2010. Uma delas, de 5 anos, morava em Taguatinga e faleceu há dez dias. Ela foi tratada no Hospital Alvorada e depois passou a receber atendimento no Hospital das Clínicas. A outra criança, de apenas 2 anos, morava em São Sebastião e faleceu no início da semana. Ela recebeu atendimento médico no Hospital Regional da Asa Norte (Hran).

De janeiro ao dia primeiro de outubro o número de casos da doença chegou a 6.344, um aumento de 37% em relação à igual período de 2009, quando 4.006 casos foram notificados. As mortes estão sob investigação, já que não é comum óbito em decorrência da doença.

Segundo a gerente de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde, Ana Luiza Grisoto, o número de infectados pela catapora está dentro da média anual, que é de cinco mil casos. Ela explica que há um aumento cíclico registrado a cada dois ou três anos, além de ser comum o aumento dos casos com a chegada da primavera.

A catapora é uma doença contagiosa causada pelo vírus varicela-zoster e que atinge principalmente crianças de 1 a 4 anos de idades. Os sintomas incluem febre, dor muscular, coceira e pequenas bolhas espalhadas pelo corpo.

Quem estiver contaminado deve ser isolado, já que a transmissão se dá pelo ar ou pelo contato direto com as lesões. É importante não coçar as erupções para não ferir a pele e deixá-la suscetível a outras infecções.

Objeto 5

Menino de dois anos morre à espera de um leito de UTI

Publicação: 11/10/2010 12:15 Atualização: 11/10/2010 20:14

Um menino de 2 anos morreu, neste domingo (10/10), à espera de um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Infantil na rede pública do Distrito Federal. Ele havia sido detectado com meningite e deveria seguir para internação médica. Segundo a Central de Regulação de Leitos de UTI da Secretaria de Saúde, apesar das buscas, não havia leitos disponíveis para o garoto desde a solicitação da vaga, às 17h33 de sábado (9/10), até as 10h59 do dia seguinte.

Na madrugada de sábado (9/10), a criança foi internada no Hospital Regional do Paranoá (HRP) com febre, dores na cabeça e no ouvido e tontura. Os exames indicaram meningite. O menino, então, deveria seguir para internação na UTI. Porém, durante o período em que estava no hospital, a Secretaria de Saúde informou que não havia leitos disponíveis.

Os pais foram orientados a procurar o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para tentar a internação na rede privada. O MPDFT informou que, nesses casos, em geral, a pessoa é encaminhada para a Defensoria Pública, onde tem acesso a uma liminar que permite a internação do paciente. A assessoria de imprensa do órgão explicou que é mais efetivo porque o MPDFT só trabalha com causas coletivas e recomenda a internação ao governo ou ao hospital.

A família não foi atendida porque a Defensoria atende nos finais de semana e feriados em regime de plantão, das 13h às 19h, horário de funcionamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Os pais do menino vão recorrer à Justiça para processar o Distrito Federal por não prestar a assistência que está prevista na Constituição Federal.

Com informações da TV Brasília

Objeto 6

Cidades do entorno são consideradas de alto risco de incidência da dengue

Goiás enfrenta a pior epidemia de dengue em 10 anos. São quase 100 mil casos registrados de janeiro a setembro último. Mais que o dobro dos 12 meses de 2009. A doença já matou 65 pessoas no estado somente em 2010. Os números continuaram a crescer mesmo no período da seca, que seria desfavorável à proliferação do mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*. Nesse cenário, seis municípios do Entorno do Distrito Federal ganharam a classificação de alto risco devido à grande incidência de moradores contaminados. Na mesma situação, estão três destinos turísticos preferidos dos brasilienses e outras duas cidades muito frequentadas pelos moradores da capital em viagens a trabalho e lazer.

Dos municípios goianos vizinhos do DF, o mais preocupante é Luziânia. Com 202 mil moradores, distante 66km do Plano Piloto e 1.485 notificações de dengue até 2 de outubro, ocupa o sétimo lugar no ranking de casos no estado. Também está na lista das localidades consideradas de alto risco, devido à proporção entre a quantidade de infectados e o número de habitantes (veja quadro). Das cidades do Entorno, ainda estão nessa condição Água Fria, Cocalzinho, Formosa, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto. Assim como três dos principais destinos turísticos do estado: Caldas Novas, Rio Quente e Goiás — mais conhecida como Goiás Velho. Em cada município desses, morreu ao menos uma pessoa por causa da doença.

No site do Ministério da Saúde, os dados do mais recente Levantamento Rápido do Índice de Infestação do *Aedes aegypti* (Liraa) mostram que Goiás tem quatro municípios em estado de alerta para a presença de criadouros. O índice de infestação predial de Goiânia é o mais elevado do grupo, formado também por Aparecida de Goiânia, Luziânia e Águas Lindas. A falta de cuidado da população representa um sério risco. No Jardim Ingá, bairro mais populoso de Luziânia, as caixas d'água são o maior problema, pois 20% estão destampadas. “Jogamos veneno nelas, mas, sem a limpeza regular, não adianta nada”, afirma o supervisor de agentes de saúde da região, Josué Vaz Duarte.

Caixas

abertas

No período seco, os muitos reservatórios de água destampados se transformam em criadouros em potencial do *Aedes aegypti*. O resultado é que a quantidade de casos registrados em Luziânia este ano subiu 30% somente em setembro, quando não choveu na cidade. “Temos dificuldades de fazer o trabalho de combate à dengue porque, principalmente no Jardim Ingá, como a maioria passa o dia fora, em Brasília, não encontramos alguém que possa abrir a porta da casa para a equipe aplicar remédio”, conta o gerente de controle de vetores de Luziânia, Valdaire Bispo de Oliveira. No caso das caixas d'água, quem não tem dinheiro para comprar uma

tampa é orientado a instalar uma rede contra mosquitos.

Mas é nítido o descaso de grande parte da população do Jardim Ingá. Não há rua do bairro sem lixo ou lotes vagos tomados pelo mato. Em um ferro-velho, por exemplo, agentes de saúde encontraram quatro pneus e telhas de amianto com água parada. A dona do negócio, instalado em um lote residencial onde moram oito pessoas e bem no centro da área mais povoada da localidade, confirmou que sequer guarda as garrafas de ponta cabeça para evitar o acúmulo de água. “Elas (as garrafas) não ficam muito tempo aqui, moço”, alegou Francilene Alves de Souza, 32 anos, à reportagem do Correio. “Qualquer copinho plástico pode virar criadouro do *Aedes aegypti*”, lembrou o supervisor Josué Duarte.

Faltam agentes

Luziânia enfrenta outro problema que aflige quase todo o estado: a falta de agentes no combate à dengue. O município, por exemplo, tem 85 profissionais em campo diariamente, mas ainda oferece 27 vagas para a atividade. “Para atender a toda a comunidade, deveríamos ter mais de 120 agentes. O preenchimento das vagas existentes depende da burocracia do município”, explica Valdaire de Oliveira. Superintendente de Políticas de Atenção Integral à Saúde de Goiás, Elizabeth Silva Oliveira Araújo, reconhece a falha. “Temos deficit de agentes justamente nas maiores e mais infectadas cidades, como Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Luziânia”, informa a representante da Secretaria de Saúde goiana. Algumas cidades, no entanto, apresentam baixo índice de risco, segundo dados da secretaria. Entre elas, destinos turísticos dos brasilienses.

Elizabeth Araújo diz que, além da falta de cooperação da população e da falta de agentes, a dengue tem se espalhado pelo estado, mesmo na seca, porque o mosquito transmissor se adapta a qualquer condição climática para sobrevivência da espécie. “O *Aedes aegypti* muda de criadouro. Com a seca prolongada, passou a colocar os ovos em qualquer tipo de água, inclusive esgoto”, pondera. Sobre a grande quantidade de mortes, ela alega que grande parte se deve à infecção de idosos já debilitados. Dos 65 casos fatais em 2010, 35 ocorreram por complicações geradas pela dengue. Os outros 26 se deram exclusivamente por dengue hemorrágica. Ainda há outras 39 mortes sob investigação, com sintomas da enfermidade transmitida pelo *Aedes aegypti*.

Liderança Negativa

Ranking dos 10 municípios goianos com maior número de casos de dengue registrados pela Secretaria de Estado de Saúde em 2010

Goiânia- 35.732

Ap. de Goiânia - 8.606

Anápolis - 5.750

Jataí - 4.210

Mineiros - 3.474

Rio Verde - 3.009

Luziânia - 1.485

Catalão - 1.257

Iporá - 1.095

Sen. Canedo - 1.043

Risco de surto

Os índices estabelecem como de risco de surto os locais onde a infestação é maior que 4%. Índices entre 1% e 3,9% são tidos como de alerta; e menores que 1% são considerados satisfatórios.

Destinos seguros

Padre Bernardo, Alto Paraíso e Pirenópolis, cidades do Entorno e destinos turísticos dos brasilienses, figuram entre a lista de cidades baixo risco de infecção pelo *Aedes aegypti*.

Objeto 7

Falta de leitos nas UTIs da rede pública é agravada pelo surto de bactéria

Publicação: 12/10/2010 08:54 Atualização: 12/10/2010 11:28

Cerca de 40 pessoas por dia amargam a espera de leito em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A escassez de alas atinge tanto os hospitais públicos quanto os particulares. Para salvar a vida de pacientes, famílias recorrem à Justiça. A ajuda às vezes vem tarde, ou não é suficiente para resolver o problema. Gabriel Alves Xavier, 2 anos, foi mais uma vítima da crise. Ele morreu sem os cuidados intensivos recomendados pelos médicos devido à precariedade da aparelhagem da rede pública e a falta de amparo judicial. O surto da bactéria *Klesiella pneumoniae* carbapenemase (KPC) agravou a situação. Dos 320 leitos disponíveis na rede pública, 15 estão reservados para pacientes infectados pelo micro-organismo, segundo o subsecretário de Atenção à Saúde, José Carlos Quinaglia. No último boletim divulgado sexta-feira, a Secretaria de Saúde confirmou que das 18 mortes de pessoas contagiadas, 14 foram diretamente relacionadas à infecção.

Dos 15 leitos isolados, sete estão no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) e oito no Hospital Regional do Paranoá (HRP). Neste último, morreu na manhã de domingo Gabriel Alves Xavier, de 2 anos. Diagnosticado com meningite, ele recebeu orientação médica para ser internado em uma UTI. Mas não havia vagas na rede pública.

Desamparadas pelo sistema, a mãe e a avó da criança correram para a Defensoria Pública, a fim de garantir o cuidado intensivo pediátrico por meio da Justiça. Chegaram ao local às 9h. Mais uma vez tiveram que esperar. Fim de semana e feriados, os defensores públicos trabalham em esquema de plantão. O expediente é das 13h às 19h. Gabriel não resistiu. Ele teve duas paradas cardíacas e morreu às 11h10. Fui informada que precisava encontrar uma UTI para o meu filho às 7h50 de domingo. Assim que soube, corri para a Justiça. Fiz o que podia para salvar meu filho, lamenta a diarista Ana Grete Maria das Dores, 31 anos. Ela, que tem outro cinco filhos, não quer sepultar o caçula hoje, no Dia das Crianças.

Em nota, a Secretaria de Saúde informou que a Central de Regulação de Leitos de UTI desde a solicitação da vaga, às 17h33 de 9 de outubro (sábado), até às 10h59, de 10 de outubro, inúmeras buscas foram feitas, sem que houvesse disponibilização de um leito para o menor.

O coordenador do Núcleo de Plantão da Defensoria Pública, Frederico Donati, explica que o trabalho da Defensoria depende do juiz. A Defensoria é como um advogado particular. Não adianta atuar antes, se não tem juiz para deferir qualquer medida liminar. A responsabilidade ao nosso ver não é da Justiça. O que

era para ser uma exceção tem se transformado em regra. Diariamente, mais de 40 pacientes dependem de liminar para ter acesso à UTI, e a Secretaria de Saúde não toma medidas, não cria novas alas%u201D, acusa. Em alguns casos, segundo ele, a vaga não é encontrada em nenhum hospital do Distrito Federal, seja ele público ou privado. %u201CNesses casos, o oficial de Justiça não tem como agir. Ele não pode tirar um paciente da UTI e colocar outro.%u201D

Pressão

Os estabelecimentos particulares começam a sentir a pressão da demanda por vagas em UTIs por conta do surto da bactéria KPC. %u201CCom o aumento da infecção hospitalar alguns pacientes foram transferidos para a rede privada. A secretaria transfere a responsabilidade para nós e a estrutura da pública só vem piorando%u201D, afirma a gerente executiva do Sindicato Brasiliense de Hospitais, Danielle Feitosa.

Segundo ela, a dívida do GDF com as clínicas e hospitais particulares que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) está em torno de R\$ 60 milhões. Depois de um período de 12 meses sem quitar a dívida, as empresas de saúde receberam R\$ 12 milhões, divididos em duas parcelas. %u201CO valor que foi pago é irrelevante. Infelizmente, a rede saúde pública está sucateada, e o GDF esta tentando sucatear a rede privada%u201D, reclama Danielle.

Além dos 100 leitos privados que atendem pelo SUS, cerca de outros 50 são ocupados todos os meses por pacientes da rede pública via medida liminar. O custo médio mensal desses atendimentos ultrapassa a marca de R\$ 1 milhão. O subsecretário de Atenção à Saúde, José Carlos Quinaglia, adiantou que R\$ 7 milhões aguardam autorização da Secretaria de Fazenda para serem transferidos à rede privada pelos serviços. Ele também informou que a dívida apresentada pelas entidades particulares está sendo analisada pelo governo.

Objeto 8

Mulher de 71 anos morre após passar 11 dias em hospital com uma fratura

Publicação: 13/10/2010 12:12 Atualização: 13/10/2010 12:20

Uma mulher de 71 anos morreu, na segunda-feira (11/10), após passar 11 dias no Hospital Regional de Ceilândia (HRC) com uma fratura no tornozelo esquerdo. Segundo assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde, Francisca Laurinda Oliveira também apresentava instabilidade clínica.

A Secretaria negou, por meio de nota, omissão ou negligência no atendimento da paciente, como havia sido alegado pelos familiares. O laudo definitivo da causa da morte de Francisca será informado pelo Instituto Médico Legal (IML).

Francisca Oliveira foi internada no dia 1º de outubro com uma fratura no tornozelo esquerdo. Segundo a Secretaria de Saúde, a paciente era hipertensa crônica, com relato de três acidentes vasculares cerebrais (AVC) no mês de agosto. Enquanto esteve internada, a Secretaria afirmou que ela apresentou uma instabilidade clínica, mas que estava sendo assistida diariamente pela clínica médica.

No mesmo dia da morte da paciente, a família havia conseguido uma ordem judicial da Defensoria Pública que garantia a realização de exames. No entanto, Francisca Oliveira não teria passado pelos exames e os funcionários teriam alegado que não havia médicos por causa do ponto facultativo.

De acordo com a Secretaria de Saúde, o HRC mantém o atendimento normal, durante os finais de semana e feriados, contando com equipes de plantão para assistência geral e emergencial.

Objeto 9

Secretaria de Saúde inaugura posto de saúde no Riacho Fundo I

Publicação: 14/10/2010 12:40 Atualização: 14/10/2010 13:08

A Secretaria de Saúde inaugurou, na manhã desta quinta-feira (14/10), um posto de saúde na QN1 Área Especial do Riacho Fundo I. A expectativa é de que 4 mil pessoas sejam beneficiadas com a nova unidade. De acordo com o subsecretário de Atenção Primária à Saúde, Berardo Nunan, o posto foi criado para substituir outro que atendia provisoriamente, em um imóvel alugado. "Conseguimos uma unidade própria, nova e adequada para atender a comunidade. Ela está localizada muito próxima da antiga", afirma.

Segundo o subsecretário, a comunidade ficou muito satisfeita com a conquista. "Eles até propuseram um café da manhã para o lançamento, que foi feito hoje às 10h", diz animado. Os pacientes serão beneficiados com ações de promoção da saúde, orientações de hábitos de vida, alimentação, atividade física, controle de tabagismo, prevenção de violência, higiene e, ainda, cuidados com o pré-natal e recém nascidos.

Além disso, de acordo com Berardo, as pessoas podem procurar o posto para o acompanhamento de doenças e sintomas. "Caso o paciente esteja com problemas de saúde mais comuns pode procurar o posto para identificar a doença e, dependendo da situação, pode ser resolvido lá mesmo ou ser encaminhado para uma outra unidade de saúde da rede pública", explica Berardo Nunan.

A unidade possui 340 m², divididos em três consultórios, salas de curativos, nebulização e medicação, consultório odontológico com farmácia de medicamentos e área administrativa. O posto conta com uma equipe composta por um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e cinco agentes comunitários da saúde.

A construção demorou cerca de um ano. Enquanto isso, os pacientes podiam se consultar na unidade provisória. Para Berardo, o fato do posto ser próximo à antiga localidade facilita o acesso dos pacientes.

Outras

unidades

De acordo com o subsecretário de Atenção Primária à Saúde, a Secretaria de Saúde tem um projeto para construir outras unidades no Distrito Federal. A intenção é substituir e expandir o serviço. "Existe um déficit muito grande para atender a população na questão da atenção básica à saúde. Então, as unidades serão criadas para que haja uma redução das ocorrências de doenças", afirma Berardo.

Atualmente, a Secretaria possui terrenos em Samambaia, Riacho Fundo II e no Recanto das Emas que aguardam apenas a viabilidade da construção de novos postos. "Precisamos da licitação e iniciar as obras", finaliza.

Objeto 10

Secretaria de Saúde autoriza 10 clínicas a realizarem cirurgias estéticas

Adriana Bernardes

Publicação: 15/10/2010 17:41 Atualização: 15/10/2010 18:09

Dez clínicas particulares de cirurgia plástica do Distrito Federal estão autorizadas a fazer procedimentos de cirurgia estética de menor (Tipo 1) e pequeno porte (Tipo 2). A informação foi divulgada pela Secretaria de Saúde do DF durante uma entrevista coletiva realizada às 15h desta sexta-feira (15/10).

A Gerência de Fiscalização da Secretaria vistoriou 30 clínicas e autorizou o funcionamento de apenas 10, por se adequarem às normas. As clínicas que podem realizar procedimentos Tipo 1 deverão funcionar em locais com, no máximo, 20m². Elas só podem realizar procedimentos como biópsias, drenagens de abcesso, entre outros. Todos essas cirurgias devem ser realizadas com anestesia local e sem internação.

Já as clínicas Tipo 2, deverão funcionar em locais que tenham, obrigatoriamente, entre 20m² e 25m². Além das cirurgias de Tipo 1, essas clínicas podem realizar procedimentos como correção de pálpebra, correção de pequenas cicatrizes de até 10cm, lipoaspiração de pequeno porte (sucção de até 300ml de gordura), entre outros.

Nenhuma clínica particular do DF, fora do ambiente hospitalar, tem autorização para realizar redução e aumento de mama, abdominoplastia ou lipoaspiração de grande porte. Atualmente, qualquer procedimento do tipo no DF, só pode ser feitos em hospitais.

A Secretaria de Saúde também informou que sete clínicas estão em processo de adequação e oito, que faziam cirurgias estéticas, declararam que não realizarão mais esses procedimentos. Além disso, cinco clínicas foram interditadas por não haver nenhuma condição de trabalho.

Segundo a Secretaria, nas clínicas fechadas foram encontrados equipamentos enferrujados, respingo de sangue no teto e o material cirúrgico era esterelizado dentro do banheiro.

Confira lista das clínicas autorizadas

- Roberto Silva Pantoja - Plano Piloto
- Instituto de Cirurgia do Lago - Lago Sul
- Clínica Ser de Especialidades Médico-Cirúrgicas - Plano Piloto
- Clínica de Cirurgia Plástica Paulo de Tarso - Plano Piloto
- Centro Clínico Amma - Taguatinga Sul
- Capital Med Cirurgia Plástica - Cruzeiro
- Cirplas Centro de Cirurgia Plástica de Brasília - Plano Piloto

- Instituto Durães Medicina Estética Especializada - Plano Piloto
- Hospital do Cálculo Renal Assistência Médica Urológica - Plano Piloto
- Instituto Médico Cirúrgico Asa Sul - Plano Piloto